

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Isabelle do Pilar Mendes

O testemunho de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (1960)

Porto Alegre

2024

ISABELLE DO PILAR MENDES

O testemunho de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (1960)

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Leites.

Co-orientador: Prof. Dr. André Araujo.

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Mendes, Isabelle do Pilar
O testemunho de Carolina Maria de Jesus em Quarto
de Despejo (1960) / Isabelle do Pilar Mendes. -- 2024.
85 f.
Orientador: Bruno Leites.

Coorientador: André Araujo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Relações
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Carolina Maria de Jesus. 2. Quarto de Despejo.
3. Testemunho. 4. Escritas de Si. 5. Narrativas
urbanas. I. Leites, Bruno, orient. II. Araujo, André,
coorient. III. Título.

ISABELLE DO PILAR MENDES

O testemunho de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (1960)

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Leites.

Co-orientador: Prof. Dr. André Araujo.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 29 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Leites - UFRGS

Orientadora

Profª. Dra. Laura Wottrich - UFRGS

Examinadora

Prof. Dr. Luis Felipe Abreu - UFRJ

Examinador

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo carinho e pela liberdade acompanhada. Às minhas avós Irondina e Liane, aos meus avôs Arlindo e Fabrício, à minha mãe Marta, ao meu pai Fabrício e aos meus irmãos Catherine, Marco Antonio, Murilo e Alicia.

A Alexandre Rocha da Silva, pelas aulas de teorias, pelo meu ingresso no universo da pesquisa e pelo GPESC, espaço no qual nossas pesquisas florescem. À Heloísa Camargo, apoio desde o primeiro dia de graduação e com quem tenho a alegria de dividir a jornada de aprendizado de relações públicas. À Laura Wottrich, pelas perguntas e respostas difíceis abordadas com carinho, pelo desbravamento e pela solidificação do campo da comunicação e por me proporcionar que esteja com ela nos espaços que desbrava. A Leonardo da Rosa e Rodrigo Mahfuz, amigos recentes, com os quais entre intervalos de eventos na UFRGS, tenho trocado conhecimentos sobre direito, a área do Léo, e letras, a do Rodrigo. A Lucas Furtado, pelo aprendizado sobre as letras e literatura, pelo apoio, conversas de desabafo e criação. A Luis Felipe Abreu, cujos textos e aulas me encantam e motivam a escrever, por compartilhar suas experiências de vida e ensino, e pela orientação por caminhos de pesquisa e por entre bibliografias. À Louise Folgiarini com quem cresço e compartilho a vontade de ser professora, e arquivista com quem compartilho a paixão pela memória. À Maila Bonafé pela troca de experiências de pesquisa, pelos aprendizados sobre psicologia e pelo colo nos momentos de insegurança. A Mario Arruda pelas indicações sobre testemunho e conversas sobre processos de pesquisa e criação. A esses professores e amigos que possibilitam que o presente trabalho tenha surgido de acolhimento, diálogos, pensamentos, estudos, aprendizados, teorias e metodologias transdisciplinares.

A Bruno Leites, por me mostrar como cria o mapa de suas pesquisas, para que eu possa pensar sobre os meus, pelos ensinamentos sobre as coisas pelas quais tenho apreço, cinema, imagem e filosofia, e pela presença, escuta atenta, acolhimento em momentos de crise, pela leitura feita linha a linha dos meus textos, pelo incentivo a enfrentar meus medos e a me tornar uma pessoa melhor para com o todo. A André Araujo pelos conceitos preciosos, por sua paixão pela pesquisa e pelo empoderamento desse trabalho como um trabalho social, para com a comunidade, que me inspiram.

Muitos dos agradecimentos feitos a um são, em verdade, para todos. Agradeço aos professores que tive que me fazem acreditar na transformação das vidas pelo ensino.

Agradeço a eles também por me lembrarem de manter os pés no chão, o coração quente e a fazer pesquisa com profundidade e com os olhos abertos, atentos às necessidades do mundo.

Agradeço ao GPESC (Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas da Comunicação) pelo espaço de aprendizado, crescimento e desenvolvimento de pesquisa em conjunto. Pelo respeito às singularidades e inclusão de todos àqueles que têm interesse em participar. Aos pesquisadores do grupo Alexandre Rocha da Silva, André Araújo, Bruno Leites, Cássio Lucas, Daniela Strack, Demétrio Rocha Pereira, Douglas Ostruca, Eduardo Teixeira, Felipe Diniz, Felipe Dutra, Gabriel Gil, Giovana Colling, Gisele Endres, Guilherme da Luz, Ione Bentz, Jacqueline Dal Bosco, Jamer Guterres, João Flores da Cunha, Júlia Schneiders, Larissa Lima, Lennon Macedo, Luis Felipe Abreu, Luiza Müller, Marcelo Conter, Mario Arruda, Rafael Campos, Rodrigo Fernandez, Shico Menegatt, Taís Severo, Tatiana dos Santos e Victória Morele, com os quais tive a grande alegria de aprender em conjunto a partir de suas mais diversas paixões e pesquisas nesses 3 anos. E, também, pela amizade e acolhimento em Porto Alegre. Nos momentos em que a saudade da minha cidade natal aperta, e sou acometida pela solidão do estudante interiorano na capital, pude contar com a parceria deles em sala de aula e para as questões da vida. E agradeço a UFRGS pelo ensino público de qualidade, pelas possibilidades de aprendizado, mercado, pesquisa e extensão proporcionadas aos alunos, pelas pessoas que pude conhecer nela e por tudo isso que em mim ressoa como uma vontade insondável de aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho analisa as nuances singulares do testemunho de Carolina Maria de Jesus e as marcas sociais de subalternização que testemunha no livro *Quarto de Despejo* (1960). Nossas análises partem dos questionamentos: O que testemunha Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de Despejo* (1960)? Como a realidade da autora, sua vivência no Canindé, e seu desejo de se tornar uma literata influenciam as escolhas formais e de conteúdo que faz na elaboração do livro? Qual o teor testemunhal de sua escrita? Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a autora e seu contexto e um estudo teórico dos conceitos de subalternidade de Spivak (2010, 2019), escritas de si de Arfuch (2010), Faedrich (2022) e Klinger (2012) e testemunho e teor testemunhal de Seligmann-silva (2006, 2010) e Penteadó (2018). Durante o percurso da presente pesquisa esses conceitos que utilizamos como base teórica tornaram-se indissociáveis, pois os elaboramos de tal forma que lemos o testemunho do livro como uma fala subalterna que se constitui como uma escrita de si, que se constitui como um testemunho e que materializa uma fala subalterna em um diário. Então, escolhemos o conceito de testemunho como o conceito aglutinador para as análises que dividimos em três blocos: testemunho da cidade, testemunho de si e testemunho negro. Justificamos a escolha da temática da pesquisa pela contemporaneidade das questões sistêmicas que Carolina comunica em *O Quarto...* no Brasil de hoje: o silenciamento, a segregação urbana, a fome e o racismo que violentam, dia a dia, através de nuances sociais perversas e de desigualdades arquitetadas pelo poder público, indivíduos subalternizados e pelo nosso ímpeto de ressaltar o pensamento político de Carolina que precursoramente manifestou essas injustiças e ensejou por revoluções contra um sistema macropolítico cujo esforço foi o de não reconhecer e silenciar sua voz. Como resultado desta pesquisa constatamos que o *Quarto...* é um testemunho pelo qual Carolina, ao dizer de si, se autoconstrói enquanto autora e comunica um capítulo da história brasileira a partir de uma ótica singular. O teor testemunhal do livro resulta do diálogo que a autora faz entre sua inventividade e a realidade, entre seu ímpeto de poesia e denúncia, que resulta desses rastros coloniais que resistem e se perpetuam em violências diárias nas favelas.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo; Testemunho; Escritas de Si; Narrativas urbanas.

ABSTRACT

This research analyzes the unique nuances of the testimony of Carolina Maria de Jesus and the social marks of subalternization that she witnesses in the book *Quarto de Despejo* (1960). Our analysis is guided by the following questions: What does Carolina Maria de Jesus testify to in the book *Child of the Dark* (1960)? How do the author's reality, her experience in Canindé, and her desire to become a literary figure influence the formal and content choices she makes in the creation of the book? What is the testimonial nature of her writing? To answer these questions, we conducted a bibliographical study on the author and her context, followed by an analysis of the work, reading *Child of the Dark* through the theoretical lenses of Spivak's (2010, 2019) concepts of subalternity, Arfuch's (2010), Faedrich's (2022), and Klinger's (2012) writings on self, and Seligmann-Silva's (2006, 2010) and Penteadó's (2018) theories on testimony and testimonial nature. Throughout the course of this research, these concepts, which serve as our theoretical foundation, became inseparable as we read the testimony in the book as a subaltern voice that constitutes a self-writing, which in turn constitutes a testimony and materializes a subaltern speech in a diary. Therefore, we chose the concept of testimony as the unifying concept for the analyses, which we divided into three blocks: testimony of the city, testimony of the self, and black testimony. The choice of research theme is justified by the contemporaneity of the systemic issues that Carolina communicates in *Child of the Dark* in today's Brazil: the silencing, urban segregation, hunger, and racism that daily violate, through perverse social nuances and inequalities orchestrated by public power, subalternized individuals, and our urge to highlight Carolina's political thought, which pioneeringly manifested these injustices and called for revolutions against a macropolitical system that sought to not recognize and silence her voice. As a result of this research, we found that *Child of the Dark* is a testimony through which Carolina, by speaking of herself, constructs herself as an author and communicates a chapter of Brazilian history from a unique perspective. The testimonial nature of the book results from the dialogue the author creates between her inventiveness and reality, between her impulse for poetry and denunciation, which stems from those colonial traces that resist and perpetuate in daily violence in the favelas.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; *Child of the Dark*; Testimony; Writings of the Self; Urban Narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto dos escritos de Carolina	21
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.2 Percurso metodológico	14
2. CONTEXTO: A VIVÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL DE CAROLINA	20
3. APORTE TEÓRICO	30
3.1 Subalternidade	30
3.2 Escritas de si e o formato diário	37
3.3 Testemunho e teor testemunhal	45
4. ANÁLISES	55
4.1 Testemunho da cidade	55
4.2 Testemunho de si	66
4.3 Testemunho negro	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	86

1. INTRODUÇÃO

O livro *Quarto de Despejo* (1960) de Carolina Maria de Jesus causa o incômodo de uma dura realidade que se apresenta através da palavra. Talvez, as tramas que constrói no livro sejam as mesmas que você pode ver nos noticiários e pelas ruas de sua cidade. Com pitadas de poesia, de um lirismo refletido, Carolina imagina o que existe para além do contexto em que viveu: partindo da extinta favela do Canindé em São Paulo, chega até nós hoje como a voz de uma literata.

Justificamos a realização da nossa pesquisa como uma forma pela qual pretendemos ressaltar o pensamento político de Carolina que precursoramente manifestou injustiças e ansiou por revoluções antirracistas e anti-segregadoras contra um sistema macropolítico cujo esforço foi o de não reconhecer e silenciar sua voz. Justificamos a vontade pessoal de pesquisar sobre o livro pelo apreço que temos por ele. Lemos a narrativa de Carolina Maria de Jesus em o *Quarto...* como um testemunho que conta um capítulo da história brasileira a partir de um ponto de vista singular. A materialidade do livro, que contém a vivência de Carolina no Canindé, possibilita que saibamos de sua realidade na atualidade. Assim, a presente pesquisa realiza uma análise literária-comunicacional do livro e, com isso, faz emergir o contexto da autora. Justificamos a realização social e política da pesquisa pela contemporaneidade das problemáticas testemunhadas no livro. Além das questões do direito à moradia, da estigmatização racial e da subalternização de indivíduos marginalizados, a questão da fome, que é amplamente narrada no livro, segue um problema urgente. O relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), publicado em julho de 2023, atesta piora nos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, 2023). O país havia saído do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014 e retornou em 2015, com agravamento da situação em 2022, causado pela epidemia do vírus Covid-19. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado durante a pandemia, apontou que 58,7% dos brasileiros enfrentam a insegurança alimentar (Guedes, 2022, grifo nosso). Assim, *Quarto de Despejo* é tanto um testemunho que possibilita uma leitura histórica quanto um relato da experiência de quem viveu na pele violências estruturais que, infelizmente, seguem acontecendo.

Pela união do conteúdo do livro, as mazelas sofridas pela população brasileira subalternizada, à forma de escrita em diário, decidimos pesquisar mais sobre a vida de Carolina. Quem foi Carolina? Quais seus gostos? O que acontecia na cidade de São Paulo no

momento em que escreveu o livro? Por isso, optamos por caminhos de construção para a pesquisa. O primeiro deles, foi a realização de uma pesquisa bibliográfica e de uma síntese sobre a vida e obra da autora, seu contexto social e espaço-temporal. O conjunto de suas criações é vasto, foi uma artista múltipla: escreveu diários, poesias, crônicas, livros, peças de teatros, músicas; costurava suas próprias roupas, chapéus e vestidos; construiu mais de um lar, em parte com suas próprias mãos, como fez no Canindé; foi mãe solteira de três filhos, ajudou quem pôde em vida. Denunciou e lutou contra a polícia, os políticos, os vizinhos, o mercado editorial: não suportou passiva a violência que se apresentava diante de seus olhos. Conectou sua vivência à criação e, assim, seguiu uma vida que preenchia de potência.

Em seguida, trazemos a abordagem metodológica, que teve como principal substrato um vasto mapeamento, delimitado por palavras-chave e de um recorte circunscrito de tempo. O mapeamento, que será descrito a seguir no capítulo metodológico, apontou uma problemática que nos chamou atenção: apesar da grande quantidade de trabalhos sobre Carolina Maria de Jesus e o sobre o livro *Quarto de Despejo (1960)*, a autora e o livro quase não são pesquisados no campo da Comunicação, diferentemente de outras áreas do conhecimento, como Letras, Educação, Psicologia, Direito, Serviço Social, Artes, História, Geografia, Arquitetura, entre outras.

Após o mapeamento, selecionamos conceitos teóricos com os quais pudéssemos relacionar o contexto de Carolina, a problemática urbana da favelização e a sua autoconstrução literária. Findada a pesquisa bibliográfica, teórica e metodológica, e realizadas discussões no grupo de pesquisa e em eventos da área¹, nossos problemas de pesquisa passaram a ser: O que testemunha Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de Despejo (1960)*? Como a realidade da autora, sua vivência no Canindé, e seu desejo de se tornar uma literata influenciam as escolhas formais e de conteúdo que faz na elaboração do livro? Qual o teor testemunhal de sua escrita?

O objetivo geral da nossa pesquisa é: Analisar as nuances singulares do testemunho de Carolina Maria de Jesus e as marcas sociais de subalternização que testemunha no livro *Quarto de Despejo (1960)*, e os objetivos específicos são:

¹ A pesquisa foi realizada no Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas de Comunicação (GPESC). É da generosidade e do direcionamento de diversos pesquisadores que ela resulta. Além das apresentações feitas no grupo, a pesquisa foi debatida na VIII Jornada de Semiótica e Culturas da Comunicação, realizada em junho de 2024 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e um texto com recortes dela foi submetido e aprovado no congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) de 2024 e será apresentado em setembro deste ano.

- Realizar uma contextualização sobre a vida de Carolina;
- Realizar uma contextualização sobre o processo de favelização da cidade de São Paulo;
- Realizar uma revisão teórica dos conceitos de subalternidade (Spivak, 2010, 2019), escritas de si (Arfuch, 2010; Faedrich, 2022; Klinger, 2012), testemunho e teor testemunhal (Seligmann-Silva, 2006, 2010; Penteadó, 2018);
- Analisar a relação entre a cidade, a negritude e a escrita de si de Carolina em *Quarto de Despejo (1960)*;
- Analisar o testemunho e o teor testemunhal do livro.

Para isso, desenvolvemos o aporte teórico a partir de três eixos: o primeiro, de subalternidade, desenvolvido no item 3.1 do trabalho, é uma estudo sobre o conceito de *subalternidade* desenvolvido por Spivak (2010, 2019); o segundo, desenvolvido no item 3.2, abarca formas de *escritas do eu*, desenvolvidas por Arfuch (2010), Faedrich (2022) e Klinger (2012) e, o terceiro, desenvolvido no item 3.3, é sobre os conceitos de *testemunho e teor testemunhal* desenvolvidos por Seligmann-Silva (2006, 2010) e Penteadó (2018). A elaboração teórica contou com o aporte de outros conceitos como o de *vida limite*, de Penteadó (2018) que foram conectados e relacionados ao longo do desenvolvimento teórico, para alargar discussões e nuances que nos saltaram aos olhos a partir da obra. Também, o próprio formato de escrita em diário foi pesquisado, junto ao estudo sobre testemunhos, para investigarmos quais as características da criação de um discurso nesse suporte e o que ele carrega da realidade mundana em sua materialidade - nas marcas das folhas, na caligrafia.

Assim, findada a seção teórica, estão as análises do livro, elaboradas a partir da leitura da obra pelas lentes da contextualização e dos conceitos citados. Durante o percurso da presente pesquisa esses conceitos tornaram-se indissociáveis, pois os elaboramos de tal forma que lemos o testemunho do livro como uma fala subalterna que se constitui como uma escrita de si, que se constitui como um testemunho e que materializa uma fala subalterna em um diário. Então, escolhemos o conceito de testemunho como o conceito aglutinador para as análises que dividimos em três blocos: testemunho da cidade, testemunho de si e testemunho negro. Em “Testemunho da cidade”, analisamos a expressão literária de Carolina sobre a cidade: como a experiência urbana afeta seus dias, como transforma os acontecimento em literatura e as denúncias que faz sobre a desigualdade urbana em São Paulo; no segundo, que nomeamos de “Testemunho de si”, analisamos trechos do livro que expressam a autoconstrução literária da autora: seus desejos de concretização literária, as temáticas que

narra no livro e suas estratégias de escrita; no terceiro, que nomeamos “Testemunho negro”, abordamos a violência contra a população negra que Carolina testemunha e trazemos novamente a questão da favelização para aprofundarmos a questão desses espaços segregados cuja maioria da população é negra e subalternizada.

Esperamos com a pesquisa contribuir para os estudos sobre Carolina Maria de Jesus, escritora de teor singular, testemunho pungente, cuja obra conta capítulos da história brasileira que a autora criou ao comunicar seus dias com inventividade, ansiando por condições melhores para si e para seus filhos e com o ímpeto ético que teve ao denunciar as injustiças e os preconceitos que vivenciou. Se houve um tempo em que a autora foi oprimida, como no período da ditadura², em que seu discurso de resistência foi silenciado, hoje pesquisadores podem trazê-la à cena, sobressaltando seu espaço historiográfico e literário de direito.

1.2 Percurso metodológico

Conforme Spivak (2010), ao lermos um texto, devemos nos atentar para dois movimentos possíveis: o de tornar o dispositivo enunciativo visível e o de tornar o indivíduo vocal. É necessário que tomemos esses cuidados pois os dispositivos enunciativos tornam o emissor, quando esse é um indivíduo subalterno, apenas uma marca, um “indicador de uma consciência irrecuperável” (p.65), e não um agente construtor de sua própria história. Então, para lermos Carolina, uma mulher, pobre, negra e favelada, nos perguntamos como faríamos para não empacotar “o clamor de sua própria consciência (ou consciência-efeito, como sendo operada pelo treinamento disciplinar)” para, no máximo, analisarmos seu testemunho como uma “elaboração da insurgência, empacotada em uma consciência-insurgente” (Spivak, 2010, p.65).

Essa foi a questão que guiou as escolhas metodológicas da presente pesquisa. Investigamos o relato de uma vida que pode ser lida como um arquivo singular. A partir da pesquisa bibliográfica e da leitura contextual que fizemos sobre as condições de Carolina, selecionamos os conceitos de subalternidade, escritas de si e testemunhos, pois são

² O historiador José Carlos Meihy em suas pesquisas sobre Carolina aborda a questão histórica de o *Quarto*. No artigo *Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio* (1998), o autor explica que o livro, que é escrito na primeira grande favela de São Paulo, surge no período entre “a superação do Estado Novo (1937-45) e a instalação da Ditadura Militar (1964)” (Meihy, 1998, p.4). Isso faz com o que a grande repercussão que o livro teve logo após o seu lançamento seja “abafada” pela censura do regime militar, visto que a obra é um discurso de denúncia e resistência.

desenvolvimentos teóricos que nos possibilitaram analisar a singularidade da construção narrativa de Carolina. Cabe também ressaltar que apesar de o *Quarto...* ser o epicentro da análise outras obras de Carolina foram lidas, assim como suas músicas foram ouvidas, entrevistas sobre e da autora foram abarcadas, filmes, podcasts, exposições, matérias de jornais, e o que mais pudemos encontrar sobre a autora foi analisado para que a contextualização sobre Carolina fosse o mais profunda quanto possível durante o período de realização do TCC.

Ao lermos o presente de Carolina, ocorrido no passado do Brasil, lemos uma voz que lutou contra as restrições da violência epistêmica, que silencia e oferece apenas alegorias romantizadas ao mascararem a violência geral que é suavizada pelas narrativas reacionárias. Lemos uma voz que se presentifica, pela contemporaneidade das questões que denuncia, a fome e o desamparo, visível nas favelas de hoje, lugares em que a subalternização continua matando corpos periféricos todos os dias.

Contra a “cegueira interessada”, que destaca apenas testemunhos que naturalizam os efeitos injustos do nosso sistema social – ainda machista, racista e sexista - para reiterar seu poder e obter dele “benefícios domésticos” (Spivak, 2010, p.82), para fazer com que os horrores atentados contra a população brasileira continuem se “sentindo em casa”, livres para violentar os indivíduos que ele mesmo coloca em estado de vulnerabilidade, foi que nos esforçamos para realizar uma análise minuciosa, atenta aos detalhes e singularidades enunciativas da obra.

São diversas as pesquisas sobre Carolina Maria de Jesus e sobre o *Quarto de Despejo* (196). Na etapa inicial de elaboração da presente pesquisa, realizamos um mapeamento bibliográfico. Buscamos pesquisas com as palavras-chave “Carolina Maria de Jesus” e “Quarto de Despejo” no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, da UFRGS, PUCRS e no Portal de periódicos da Capes. No repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações encontramos 77 teses, dissertações ou artigos com as palavras-chave; no da UFRGS 11; PUCRS 9 e no Portal de Periódicos da Capes 90. Pesquisamos também nos anais da Compós e da Intercom, portais de pesquisa constituídos especificamente por trabalhos do campo da comunicação. Nesses repositórios não é possível realizar buscas com palavras-chave. Assim, no site da Compós acessamos os GTS de Práticas Interacionais, Linguagens e Produção de Sentido na Comunicação; Comunicação e Cidadania; Comunicação e Política e Comunicação e Experiência Estética. No site da Intercom acessamos os trabalhos dos grupos de pesquisa em Gêneros Jornalísticos; Teorias

do Jornalismo; Comunicação e Educação; Comunicação e Culturas Urbanas; Comunicação para a Cidadania; Geografias da Comunicação; América Latina, Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais; Estéticas, Políticas de Corpo e Gênero; Comunicação, Imagem e Imaginários; Semiótica da Comunicação e Teorias da Comunicação. Nos anais da Intercom e da Compós não encontramos nenhum trabalho sobre Carolina ou sobre o *Quarto de Despejo (1960)*. As buscas feitas nos seis repositórios de pesquisa abarcaram publicações realizadas nos últimos cinco anos, entre 2018 e 2023, e somam um total de 187 trabalhos. Com o mapeamento exploratório inicial pudemos visualizar quais problemáticas, conceitos, teorias e metodologias são relacionadas ao tema da pesquisa em trabalhos já existentes.

Após essa etapa, a seguinte foi a criação do estado da arte da pesquisa, que serve como base e bússola para direcionar os questionamentos e caminhos de um trabalho em relação ao campo de estudos no qual é feito. O estado da arte afunila a coleta de trabalhos, pois, após o amplo mapeamento das pesquisas já realizadas sobre o tema, destacamos os trabalhos feitos no campo de estudos da comunicação. Aqui, fomos interceptados por uma questão: encontramos nos repositórios 187 textos com as palavras-chave realizadas nos últimos cinco anos; entretanto, apenas um deles é do campo da comunicação, o artigo “Entre o diário e o semanário: uma análise do Brasil a partir do diário de Carolina Maria De Jesus e da Revista Manchete”, publicado na revista Intexto, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, em maio de 2023.

Nos anais da Intercom, encontramos um trabalho sobre o editor de o *Quarto...*, o jornalista Audálio Dantas, chamado “Jornalismo Literário: o legado do repórter Audálio Dantas em foco”, que menciona o trabalho que realizou com Carolina no livro; outro chamado “A escola em Segunda Chamada: uma análise da narrativa ficcional”, menciona brevemente a autora e a obra, pois é uma análise sobre a série televisiva da Rede Globo *Segunda Chamada (2019)*, na qual uma escola ficcional é construída e batizada de “Escola Maria Carolina de Jesus”, em homenagem a Carolina, e um terceiro trabalho, cujo título é “Análise da representação da ocupação Carolina de Jesus na mídia convencional do estado de Pernambuco e produção de memórias dos moradores”, que investiga a repercussão midiática da ocupação pernambucana que homenageia a autora e, para isso, conta a sua história para justificar a homenagem feita pela ocupação.

Assim, finalizamos o estado da arte com a perspectiva de que Carolina Maria de Jesus e o *Quarto de Despejo (1960)* não são investigados com profundidade no campo da

comunicação. Apesar disso, conceitos que eram de nosso interesse, como o de *subalternidade* de Spivak, apareceram relacionados ao tema em diversos trabalhos de outras áreas. Os conceitos de *testemunho*, em suas diversas vertentes teóricas e os de *escritas de si*, aparecem também em trabalhos coletados no mapeamento inicial. Um desses trabalhos, a tese “Estética da vida no limite: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em Quarto de Despejo (Diário de uma favelada)”, de Gilmar J. Penteado, é de suma importância para nossa pesquisa. O trabalho utiliza o mesmo conceito de *testemunho* que utilizamos, o de Márcio Seligmann-Silva, e em seu trabalho Penteado cria o conceito de *vida limite* que adotamos também em nossa pesquisa.

Após os mapeamentos e escolhas teóricas, iniciamos uma releitura de o *Quarto...* e, nesse momento, tendo em mente um tanto das questões que queríamos analisar na obra, iniciamos o processo de coleta de trechos do livro para entrelaçarmos aos conceitos selecionados. Realizamos a escolha dos trechos também pelo conteúdo e pelo teor testemunhal das narrativas. Vemos em Carolina um testemunho que é fruto de um olhar atento e crítico, que resulta em reflexões políticas e sociais, e sensível, que descreve afetos, seja o encantamento com a cidade, seja o repúdio contra a subalternização e as desigualdades da favela. Assim, excertos que aos nossos olhos fazem saltar o estilo, as reflexões e as opiniões da autora foram coletados e arquivados em um documento online.

Lemos o livro em busca do teor singular dos depoimentos da autora e, também, em busca das marcas sociais de subalternização narradas na trama. A condição econômica de Carolina, o preconceito racial sofrido, a violência de gênero, o silenciamento e o esquecimento social por parte do poder público e dos órgãos sociais, atestam a marginalização vivenciada pela população pobre, negra e favelada. A descrição da cidade feita no livro, dos espaços e das dinâmicas de ocupação e deslocamento entre as áreas centrais e as áreas segregadas, expõe que o planejamento urbano de São Paulo é arquitetado para suprir os interesses do setor privado em conjunto ao governo. Assim, o conceito de *subalternidade* (Spivak, 2010, 2019) guia todo nosso processo de leitura e nos possibilita um olhar atento e crítico para as violências denunciadas na obra.

Engajados pela crítica de Spivak sobre a leitura de textos subalternos e munidos com a problematização da pesquisa, investigamos o objeto a partir de nossas bases éticas e teórico-epistemológicas. Ao testemunhar e compartilhar o que experienciou no seu dia a dia no Canindé, Carolina transforma a realidade em objeto literário, ficcionalizado, pois é com inventividade que seleciona o que e como de seus dias será comunicado na obra. Assim,

comunica a reflexão que faz a partir de seu saber e experiências próprias. Como investigadores, em busca do *teor testemunhal* do livro, procuramos as estratégias literárias, a construção narrativa de Carolina acerca dos acontecimentos que vivenciou, bem como as rupturas e continuidades que fez em relação ao espaço literário e ao mercado editorial da época. Nisso, incluímos uma reflexão sobre a escolha da forma diário como suporte e meio para comunicar sua vivência de maneira autobiográfica.

Para analisarmos o livro, pelo contexto da cidade e da autora, pelo conteúdo do testemunho e pelo teor testemunhal de Carolina, criamos três categorias. Nas três, partimos das lentes teóricas dos principais conceitos do aporte teórico e, em cada uma, outros autores são trazidos e articulados à problemática desenvolvida. A primeira categoria, que chamamos de “Testemunho da cidade”, criamos para relacionar a articulação das condições sócio raciais da autora à sua subjetividade e vivência ao ocupar os locais em que esteve e nos quais construiu lares e a si mesma em São Paulo. Para isso, abordamos a favelização paulista na categoria para ressaltar a relação da autora com a cidade, as reflexões que fez enquanto ia das áreas centrais aos quartos de despejo, cortiços, lixões de fábricas e favelas. A categoria é ancorada em teorias e argumentações sobre cidade e urbanismo trabalhadas por Rolnik (2007, 2022), Pereira (2019), Silva (2020), Sodré (2002) e Stengers (2022). A partir dela pudemos analisar as estratégias literárias e comunicacionais que Carolina criou para testemunhar sobre a cidade, como as oposições entre os espaços do centro e da favela que realiza.

A segunda categoria, que chamamos de “Testemunho de si”, criamos para analisar as nuances da autocriação de Carolina enquanto autora. A categoria é ancorada em teorias e argumentações sobre escritas em primeira pessoa de Arfuch (2010), Dêangeli (2010), Klinger (2006, 2012), Jacques (2008), Seligmann-Silva (2006, 2010) e Sodré (2002). A partir dela pudemos analisar as estratégias literárias e comunicacionais que Carolina cria para testemunhar e autoconstruir a si mesma enquanto autora a partir de sua experiência urbana, como as analogias indiciais que cria em tom poético a partir dos elementos da cidade.

A terceira categoria de análise, que chamamos de “Testemunho negro”, criamos para problematizar as condições de indivíduos negros no Brasil. A categoria é ancorada em teorias e argumentações sobre opressão racial, segregação racista dos espaços urbanos e desigualdades sistêmicas no Brasil de Lélia Gonzalez (1988), Penteadó (2018), Rolnik (2007), Sodré (2002) e Valério (2020). A partir dela pudemos analisar as estratégias literárias e comunicacionais que Carolina cria para testemunhar sobre o racismo, como quando se

compara a um animal que foi abatido e está para a venda denunciando, assim, a desumanização sistêmica que sofre.

Elaboramos as três categorias porque analisamos que em seu conjunto elas abarcam os eixos fundamentais que ressaltam que a relação entre a cidade, a escrita de si de Carolina e a negritude são indissociáveis. Apesar de termos separado-as em categorias diferentes, para aprofundar questões específicas em cada uma, as três questões aparecem nas três categorias. O caráter relacional das categorias mostra a metodologia interna da pesquisa. Esses caminhos e relações foram sendo construídos desde os primeiros passos do projeto e findados apenas após todo o restante da pesquisa, com as revisões teóricas, discussões, análises e resultados findados o que demonstra a singularidade desta pesquisa, a relação cidade-si-negritude, que foi elaborada pelas necessidades de análise do objeto. Nas considerações finais realizamos uma síntese ampliada da conclusão que chegamos com a pesquisa: de que o *Quarto...* é um testemunho pelo qual Carolina se autoconstrói enquanto autora e comunica um capítulo da história brasileira a partir de uma ótica singular. O teor testemunhal do livro resulta do diálogo que a autora faz entre sua inventividade e a realidade, entre seu ímpeto de poesia e denuncia, que resulta dos rastros coloniais racistas que resistem e se perpetuam contra os indivíduos em violências diárias nas favelas.

2. CONTEXTO: A VIVÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL DE CAROLINA

Nesse primeiro capítulo, iremos realizar uma contextualização da vida e da obra de Carolina, destacando os aspectos históricos, espaciais e sociais, que nos ajudam a construir o nosso objeto de pesquisa. Assim, buscamos apresentar as condições e desejos da autora e a maneira como construiu o livro *Quarto de Despejo (1960)* a partir delas, imprimindo-as nas escolhas que fez e que resultam em seu testemunho e no teor testemunhal, de várias nuances, que expressa.

Carolina Maria de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais. A cidade tinha ares de modernidade: uma estação de trem, bondes elétricos e uma sala de cinema, pioneiramente inaugurada em 1905 (Farias, 2018). A população, todavia, era humilde, constituída em sua maioria por pessoas negras que viviam dos serviços “da roça”, realizados em sítios e fazendas da região (Farias, 2018). Filha de Maria Carolina de Jesus e João Cândido Veloso, Carolina é neta de Benedicto José da Silva, conhecido como o “Sócrates Africano”. Dele, cresceu ouvindo histórias ao redor da fogueira, como as dos tempos de escravidão. Seguiu a paixão que o avô tinha por narrativas e aprendeu a ter “noção de que a palavra tem poder” (IMS, 2024). A educação formal de Bitita, apelido que tinha quando criança, entretanto, é dos aproximadamente dois anos em que frequentou o Colégio Espírita Allan Kardec. Na escola, se encantou pela leitura de *A escrava Isaura (1875)*, romance de teor abolicionista escrito durante o regime escravista, cujo tom realista incorporou anos depois às suas narrativas.

Com 13 anos, se muda com a família para São Paulo pela primeira vez. Desde pequena ouvia falar sobre a “cidade grande”. As histórias contadas para a pequena Bitita sobre São Paulo, que viria a ser uma cidade moderna, industrializada, tornaram-se verdade. O outro lado da moeda, que ela não imaginava, foi a posição que ocuparia nesse lugar e sistema em que desejou inserir-se. Carolina cresce circunscrita por um problema anterior à sua existência. Neta de escravos, nasce livre, mas circunscrita pela problemática da busca por um lugar, território. A vivência negra no campo e na cidade é uma experiência itinerante, visto que o direito à propriedade, desde a Lei de Terras, “promulgada estrategicamente duas semanas antes da declaração do fim do tráfico de escravizados para o Brasil (Pereira, 2019, p.27), restringe o acesso à terra, inclusive as desocupadas - terras férteis para plantio, nas áreas rurais, e locais vazios e sem manutenção, a ponto de ruir, nas metrópoles - àqueles que podem pagar por seu alto custo.

Sua paixão pela escrita cresce com o passar dos anos, apesar das adversidades que enfrenta: a falta de acesso ao ensino, a livros, os diversos deslocamentos que teve de fazer em busca de trabalho e as violências que sofreu nesses locais. Um desses ocorridos, acontece em Sacramento no ano de 1933. Enquanto lia sentada no portão de sua casa foi vista por dois soldados que por ali passavam e a acusaram de bruxaria, alegando que lia o livro de São Cipriano, que era tido como um livro de “magia negra”. O livro, na verdade, era o *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*, sua obra favorita (Penteado, 2018). Os soldados, a espancaram, prenderam e deixaram-na por três dias sem comida.

Após episódios como esse, em 1937, com 23 anos, Carolina retorna para a cidade de São Paulo, agora sozinha. As impressões que têm ao chegar são de encanto:

Olhava aquele povo bem vestido. Será que todos eles são ricos? Olhava os brancos, estavam bem vestidos. Olhava os pretos, estavam bem vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam. E se o povo está sorrindo então a cidade é boa (IMS, 2024).

Em seu livro póstumo, intitulado *Onde estaes felicidade? (2014)*, que foi organizado por Vera Eunice, sua filha mais nova, um dos trechos evoca a percepção que teve em seus anos iniciais na cidade. Carolina narra que a modernização destruía casas para transformá-las em arranha-céus e que arranha-céus não possuem porões e, até esse local, obscuro, de restos, estava deixando de existir para proletários como ela (Jesus, 2014 *apud* Barone, 2019, p.45). A década de 40 é marcada pelo crescimento acelerado da cidade em termos habitacionais. Pessoas vinham de diversas regiões do país à procura de melhores condições de subsistência no centro urbano. Nessa expansão, o processo de favelização, conforme Sampaio (1994 *apud* Barone, 2019), é relacionado à ação de loteadores do setor privado, que ofereciam espaços em parcelas mínimas, pagas em longo prazo, instigando o desejo de aquisição da moradia própria por parte da população de baixa renda, que via na compra dos lotes uma alternativa para escapar dos aluguéis elevados, e a incentivos do poder público que, em pacto com empresários do setor de transporte urbano, queria abrir novas linhas de ônibus para os loteamentos.

Desde o início a situação crítica era conhecida. Os locais eram ditos como uma etapa provisória de estabelecimento para trabalhadores como Carolina que, por exemplo, viveu em cortiços, prédios abandonados e até mesmo debaixo de viadutos (Farias, 2018). A população era transferida de um local para outro conforme a gestão urbana julgasse condizente. Na época, obras foram feitas, entre elas, o redirecionamento da canalização do rio Tietê. O projeto, que teve como objetivo desocupar áreas que pudessem ser comercialmente

valorizadas, não considerou questões como “o controle de vazão e a contenção de inundações em relação ao regime hídrico do rio” (Barone, 2019, p.56). Pouco antes, a gestão pública havia deslocado 99 famílias, que construía suas moradias, para local que, até então, era o bairro do Canindé:

Os primeiros barracos do Canindé surgiram quando o governador Ademar de Barros (1901-1969) quis limpar o centro da cidade e mandou caminhos levarem moradores de rua para “qualquer lugar”, e esse acabou sendo as margens do rio Tietê, paisagem de lixo e urubus (Santos; Borges, 2003, p.2).

Após as obras, o local passa então a enfrentar problemas hídricos, como alagamentos. O estado segue com as expansões e despejos, que chegaram a totalizar 5.121 ações assinadas por juízes no período de um ano (Castro e Marília, 2007 *apud* Farias, 2018, p.146). Nesses despejos, Carolina chega em 1948 à agora favela do Canindé. Em torno das mudanças e dificuldades que passa a enfrentar para sobreviver, começa a descrever a falta de saneamento, energia e infraestrutura de saúde do local. O primeiro trecho do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada (1960)* é do dia 15 de julho de 1955. Nesse dia, ela relata pensar que vive em uma atual escravidão, maquinada pelo custo de vida. Conta que queria comprar um par de sapatos para Vera, mas que não pôde, pois precisava comprar comida (Jesus, 2014). Para Meihy, os testemunhos de Carolina foram:

uma prova flagrante das atrocidades que mereceriam vir a público naquele instante, pois a democracia implicava críticas que, àquela altura, eram históricas. Sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes, de desenvolvimento econômico e programa social, encetados por governos federais em nome da modernização do país (Meihy, 1998, p.82).

Ao longo da década de 50, realocações eram arquitetadas por planejamentos urbanos em consonância à imagem de progresso almejada pelo governo de Juscelino Kubitschek, que divulgava a construção de cidades modernas, desenvolvidas e funcionais (Barone, 2019), mas que, para isso, impunham processos de segregação que delegavam, segundo interesses do capital, quem são os sujeitos que podem ocupar quais locais e em que condições.

A escrita de Carolina intercala críticas e poesias. Por onde passa capta percepções que passavam a compor seus cadernos, que juntava do lixo junto a textos e livros que lhe interessassem. Insatisfeita com as tramas do seu arredor, com a falta de uma condição digna de moradia, ia para o centro da cidade, ia em assembleias “observar as tragédias que os políticos representam em relação ao povo” (Jesus *apud* Farias, 2019, p.54) e, enquanto estava na favela, descrevia um “céu salpicado de estrelas” do qual, se pudesse, recortaria um pedaço

para fazer um vestido. Sua vivência era cola que ligava estilos narrativos e ia de si para o mundo, do enfermo à beleza, como forma de recriar pela escrita uma realidade outra.

O ano era 1958 e o jornalista Audálio Dantas trabalhava no jornal Folha da Noite. O Estado, ainda presidido por Juscelino Kubitschek, investia na criação de uma classe média, cujo um dos principais focos era o incentivo à vinda de novas multinacionais estrangeiras, enquanto a atenção às problemáticas crescentes nas favelas era negligenciada. Carolina ia com afinco a jornais e editoras para mostrar seus textos, mas não era, como dizia, “preterida”, expressão que utiliza e conjuga em diversos trechos de *Quarto...* para dizer de quando uma pessoa é aceita ou não. Até que certo dia conhece Audálio³ que vem a ser o editor de o *Quarto*. Em maio do mesmo ano, Dantas publica no Folha da Noite a primeira de uma série de reportagens que faz com Carolina. Na reportagem, ele relata “Há longos anos, ela vem escrevendo a respeito do seu pequeno mundo, “fotografando” misérias, desencontros e até pequenas alegrias” (Farias, 2019, p.194).

Em seus diários Carolina construía a si, se via diferente dos outros moradores, bem como narrava o estranhamento que causava, por conta de ser letrada. Quando vivia no interior, não encontrava meios para viabilizar seu projeto de vida e, na favela, se destacava, por bem e por mal, dos outros moradores por sua proximidade com as letras. Alguns vizinhos, por não conseguirem ler, atentavam-se para a materialidade de sua grafia.

Figura 1: Foto dos escritos de Carolina.

³ Existem diversas versões que narram sobre as circunstâncias da relação que Carolina teve com Audálio desde o dia em que se conheceram. Por conta disso, optamos por nos ater ao destaque do testemunho de Carolina em si para desenvolvermos os eixos teóricos e de análise da presente pesquisa.

honararia da academia da
Faculdade de Direito. Que
aquele diploma estava reservado
do ao escritor Jean Paul
Sastre. Mas, devido o escritor
francês ter muitas compromissos
não lhe foi possível comparecer.
Eles resolveram oferecer-me.
e disse: a France te sastre
mas, tens a Carolina!
Olhando aquela juventude
afiquei com do deles. pensei
em todas colonias que
ha na terra. O custo de vida.
Estranhamente não tu, haos custo
de vida. É o flagelo da atua-
lidade. Flagelo que o home
peiso e deve exterminar.
para subsistir a sua existencia
O outro flagelo... a guerra.
porque dizis a juventude
a guerra te que ser abolida
da face da terra o home te
que resolver o seu problema

Fonte: Instituto Moreira Salles.

Para Seligmann-Silva (2010), em se tratando de uma escrita feita em diário, a base material, mais do que em outros tipos de obra, é um importante elemento de análise, pois suas marcas, a grafia, as correções, são também parte da narrativa. Carolina tinha a letra bonita, ensaiada, fruto da boa parte do tempo em que passava escrevendo. Quando assinava seu nome, para realizar compras e resolver pendências, os moradores observavam: “Olha que letra bonita” (José Carlos de Jesus *apud* Farias, 2018, p.184). Carolina, entretanto, não se satisfazia com os elogios, queria que sua obra fosse reconhecida para além de sua caligrafia, queria ser uma escritora, ter seus textos lidos. Após a publicação dos textos, que dizem de um “como sou Carolina, a favelada” e de um “como me torno Carolina, a escritora”, passando assim pelo relato do dia a dia no Canindé, sua relação com os vizinhos piora, pois passa a ser vista com mal olhos, como se não pertencesse à favela.

Os dias eram, também, de instabilidade geral, pois a população segue sendo remanejada pelo processo, agora de desfavelamento, da cidade, que objetivou varrer para

debaixo do pano as consequências perversas do aclamado desenvolvimento governamental. Em 1960, Carolina sai da favela, apedrejada por alguns moradores, para viver com seus filhos, José Carlos, João José e Vera Eunice de Jesus, nos fundos da casa de um amigo em Osasco (IMS, 2024). Um ano após, em 1961, a favela do Canindé, que ficava na região central, é removida.

A agora escritora Carolina Maria de Jesus trouxe para a literatura brasileira uma história a acontecer, da constituição das favelas em São Paulo. Com a vontade de quem não aceitou imóvel sua posição à margem, poetizou e concretizou. Construiu uma voz que ressoa a sua existência e a do seu contexto:

A passagem de Carolina de Jesus por diferentes bairros de São Paulo (Santa Ifigênia, Canindé, Santana e Parelheiros) e distintas modalidades de habitação (moradora de rua, cortiço, favela, habitação própria urbana e rural) sugere uma reflexão acerca da participação da população negra nesses segmentos territoriais e nessas formas de moradia no período tratado (Barone, 2019, p.68).

Quarto de Despejo é uma narrativa sobre descasos cometidos contra parcela da população, subalternizada, para quem o desenvolvimento urbano resultou na segregação em locais marginalizados. Os trechos da obra, testemunho *in loco* da realidade da favela, são repletos de nuances ficcionais, embaladas pelo dom que Carolina possuía para conduzir histórias (Farias, 2018). Esse foi o encanto que saltou aos olhos de Dantas. Para ele nenhum escritor poderia arrancar tamanha beleza triste daquela miséria; nenhum repórter comprometido com a veracidade da dura realidade que ali se apresentava, poderia retratar como ela o que ali acontecia (Dantas *apud* Farias, 2018, p.188).

Poesias, contos, crônicas, provérbios, o formato deferido era aquele que expressasse o que Carolina tivesse para dizer naquele dia. Escrevia pela necessidade de assimilar e exclamar aquilo que vivenciava. Queria ser ouvida e a publicação das reportagens e do livro tornou audível seu sonho de não escrever ao léu. Entretanto, foram diversas vezes surdos os ouvidos que a receberam, da crítica e da recepção letrada, principalmente. Sua situação material, após o lançamento do diário - no qual testemunha dias em que sua fome é tanta que se visse a falta de alimento concretizar-se na cor amarela, mesma cor do suco biliar que vomitava quando estava de estômago vazio – varia entre momentos de ainda miséria e momentos de menor insegurança alimentar e financeira.

Nos dias em que a fome prevalecia, escrevia para testemunhar suas angústias: “Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes

no paladar...”, e segue, “Surgiu a noite. As estrelas estão ocultas. O barraco está cheio de pernalongos. Eu vou acender uma folha de jornal e passar pelas paredes” (Jesus, 2014, p.26). A fome, que vira um céu sem estrelas e depois um barraco cheio de pernalongos, que remete então ao jornal, desses tantos que lia em suas rotinas de leitura, muitos dos quais, inclusive, ela frequentou a redação (Farias, 2018), na tentativa de publicar seus escritos, se torna motivo de testemunho.

A repetição do passar da rotina torna alguns temas, como a fome e a violência, recorrentes. A concretude da situação em que vivia era refletida e contada em versos proverbiais que elaborava para autoanalisar-se, para autoficcionalizar e criticar a condição subalterna do local. Caminhava pela cidade e dela via saltarem problemáticas que transformava em sua poética. No trecho a seguir, de setembro de 1958, começa o relato dizendo que está alegre, com o espírito calmo, provavelmente, porque tinha o que comer. Em seguida, conta do que viu em uma de suas idas ao “quarto de visitas”, o centro da cidade: “Alguns homens em São Paulo andam todos carimbado. Traz um letreiro nas costas dizendo onde é empregado” (Jesus, 2014, p. 103). No trecho, temos um exemplo de sua visão atenta e inventiva para com os espaços que passava e as pessoas que via. Apesar de ter frequentado a escola por apenas dois anos, construiu um repertório de linguagem que fundia, por gosto, a oralidade da palavra pronunciada.

Por exemplo, no trecho “Eu *puis* o colchão dentro do guarda-roupa. Piorou. Os homens da *Light* olhavam a minha luta. [...] Eu tenho vencido tantas coisas sosinha, *hei* de vencer isto aqui! Hei de ageitar este guarda-roupa” (Jesus, 2014, p.115), a palavra “pus” é escrita como pronunciada; *Light* é o nome da empresa de luz da época em São Paulo, uma multinacional Canadense, o que diz também sobre as multinacionais que entravam no país, e o “hei” é uma expressão coloquial, marca de uma linguagem rebuscada. As três palavras narram de seu encontro com as pessoas da cidade, sua autoexpressão e do processo de globalização da capital. Escrevia palavras conforme sua expressão fonética, como nas palavras *tussir*, *impricou*, *lumbriga*, *fidida*, *viludo*, *sitim* (Nascimento; Soares, 2018). Criava plurais. Por exemplo, vocábulos terminados em -al, como “jornal, animal, eleitoral”, eram pluralizados como “*janaes*, *animaes* e *eleitoraes*”. Uma hipótese, é que essa construção gramatical esteja relacionada ao português arcaico (Nascimento; Soares, 2018), como o do dicionário que gostava, mencionado anteriormente. Palavras como diário, máquina, políticos, miseráveis e ganância não são acentuadas. Sua escrita tornou legível sua subjetividade e, ao dizer de si, contou de uma multiplicidade de micronarrativas, de literaturas minorizadas. Foi

personagem e narradora. Observadora e atuante. Escreveu, em suas palavras, “para desafogar as dificuldades que a enlaçavam como um cipó que enlaça e une as árvores” (Jesus, 2014, p.170). Falou visceralmente sobre seus filhos, sobre política, sobre seus amores, amigos e vizinhos para compartilhar o que pensava, para denunciar. Dizia que na favela todos vivem a miséria, a amargura, mas a única que testemunha sobre isso é ela. Afirmo que relata em prol dos outros e com plena consciência, e responsabilidade, pela repercussão de sua obra, pois sabia que encontraria críticas pelo caminho e faria inimigos, pois sua literatura diferia das existentes até então (Farias, 2018).

A repercussão do *Quarto...* demonstra a forma como a exposição das chagas sociais que fez foi deglutida⁴. Do dia para a noite o livro foi um sucesso de vendas. Foi publicizado pela televisão, inaugurada 10 anos antes no Brasil. Através da mídia televisiva pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas tinham acesso a programas transmitidos em rede nacional e, com aparições em programas e entrevistas, Carolina passa a ser conhecida pelo público. A curiosidade que sua personalidade e história de vida causavam gerava grande alcance midiático o que fez com que sua imagem fosse utilizada como peça publicitária (Farias, 2018). A transmissão estratégica de sua imagem nas telas coloca a autora em contato com públicos que ou a viam, em suas palavras, como “exótica”, ou, então, com pessoas que se identificavam de alguma forma com ela.

Culturalmente, foi vista como uma representante tropicalizada do mito importado da *self made woman* (Meihy, 1998) - mulher que conquista através de seu trabalho independência e bens materiais - o que colaborava com a política de aproximação à cultura norte-americana que o governo de Juscelino Kubitschek construía. Por outro lado, Carolina representa um segmento social que ameaça o projeto desenvolvimentista, pois expõe, de dentro da favela, a miséria resultante das políticas desenvolvimentistas que delimitou e classificou grupos sociais minoritários, através de análises sociais encomendadas, com a premissa de que, assim, a existência desses grupos seria visibilizada e amparada. Logo, a imagem de Carolina na época era, a depender do contexto, a do sucesso da “inclusão social” que o governo brasileiro queria propagar, principalmente, para países estrangeiros, de uma realidade afastadas - que viam o processo de urbanização e favelização das cidades e a marginalização dos grupos subalternos intermediados pela mídia - e a do fracasso, pois

⁴ Vemos a repercussão do livro como uma marca de subalternização que se realiza através do mercado editorial. A obra de Carolina foi “bem aceita” pelo circuito apenas quando serviu a interesses de terceiros. Prova disso é que seus trabalhos posteriores, como *Casa de Alvenaria* (1961), feito quando não residia e escrevia mais da favela, não tiveram o mesmo volume de vendas. Pode “falar e ser escutada” pelo meio apenas enquanto “ocupou” seu lugar de “outra” a marginalizada que fala do Quarto de Despejo.

denunciava a violência sistêmica que sofria pela experiência corporificada de uma habitante da favela. Outro ponto, é que a autora tinha objetivos pessoais, de se tornar uma autora, e o apoios como o de Audálio e de outros escritores, figuras de movimentos políticos da militância negra e comunista, por exemplo.

O sucesso imediato e estrondoso de o *Quarto...*, que aconteceu na época do lançamento, não ressoou até a realidade da autora de maneira contínua. Quando indagada, em entrevista feita pelo jornalista Carlos de Freitas, sobre como se sentia em relação à transformação de sua vida, disse estar alegre e agradecida pela colaboração de todos que auxiliaram na divulgação do livro, na concretização de seus ideais (Farias, 2018). No dia do lançamento, entretanto, a autora saiu de madrugada para catar papel, pois não tinha dinheiro para comprar comida e pagar a passagem até a livraria. Além das dissonâncias entre o sucesso de vendas do livro e seu retorno financeiro, o conteúdo da obra, considerada um “verdadeiro documento humano”⁵, esbarrou em portas fechadas ao tentar adentrar em certos espaços.

Meihy (1998) organiza os livros em duas categorias: os que podem ser vistos como passivos, pois não movimentam a ordem vigente, e os tidos como “perigosos”, pois balançam pressupostos e engajam mudanças. O livro de Carolina vendeu quase 800 cópias logo no lançamento, mas foi boicotado por escritores e críticos. Um deles, que assinava com o pseudônimo de “Casmurro de Assis”, publicou no jornal *A Voz de São Paulo*, no dia 20 de agosto de 1960:

O perigo é que Carolina Maria de Jesus queria se tornar uma escritora. Que aconteça com ela o que está acontecendo com esses negros que Marcel Camus recolheu nos morros e colocou no “Orfeu do Carnaval” e que andam por aí agora com banca de artista (Farias, 2018, p.231).

Além disso, a repercussão do livro foi utilizada como um dos argumentos para justificar o processo de desfavelamento realizado em São Paulo. Um ano após a publicação, e a saída de Carolina do Canindé, a favela é a primeira a ser exterminada pelo *Plano de Desfavelamento (1961)*, elaborado e executado pela prefeitura. Canindé era uma “favela oficial”, um núcleo que foi arranjado pelo poder municipal de São Paulo para que a população que estava em terrenos que seriam utilizados em obras públicas se mudasse. O desfavelamento foi executado sem a formulação prévia de políticas públicas de suporte e, nos

⁵Trecho de reportagem do jornal Diário Popular do dia 20 de agosto de 1960 citada no livro *Carolina: uma Biografia* (2018) de Tom Farias.

anos seguintes, a população do local estava novamente às margens da cidade, por vezes, até para além dos limites urbanos. As pessoas não foram realocadas de maneira digna e estável e a cidade teve um favelamento ampliado e adensado para outras áreas.

O livro foi considerado um exemplo “perigoso” de contracultura por testemunhar a existência de uma classe social marginalizada através de uma narrativa crítica. O golpe que instituiu o regime militar no Brasil, em 1964, quatro anos após o lançamento do livro, censurava obras como a de Carolina, carregadas de denúncias e críticas ao governo (Meihy, 1998). Assim, após o sucesso estrondoso, a carreira brilhante que Carolina poderia ter - cujo um dos acervos, reunido para a elaboração do livro *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus (1994)*, pela família da autora, juntamente aos historiadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine, contém trinta e sete cadernos, 5.112 páginas de poemas, contos, romances e peças de teatro (Meihy, 1998) - foi reprimida e teve sua continuação interrompida.

Enquadrada enquanto “escritora favelada”, “semianalfabeta”, em reportagens como a de título, “Uma favelada sai do anonimato”, publicada no *Diário de São Paulo* e assinada com o pseudônimo “Christina”, diziam que, se por acaso, Carolina fosse capaz de se esforçar e estudar para dominar o meio de expressão da palavra normativa poderia, então, ser considerada “uma escritora no sentido exato da palavra” (Farias, 2018). Hoje, se buscarmos no google pela palavra “despejo”, um dos significados é “recinto, aposento onde se acomodam objetos de pouco uso ou velhos, quarto de despejo, casa de despejo”; outro é “ausência de temor” no sentido de coragem, soltura de espírito, vivacidade (Oxford Languages, 2023). Carolina expressou com seus escritos a esfera social da época. Sua inconformidade crítico-criadora, a errância de suas palavras, seu estilo, encarnam o perfil eminentemente popular de sua trajetória:

Carolina representava inclusive uma nova orientação nas manifestações ditas do povo. Enquanto o popular, no velho estilo, esgotava-se em tediosas nostalgias, quase sempre promovidas por leituras da elite, depois de Carolina nota-se um remoçamento na expressão popular, que passa a ser urbana (Meihy, 1998, p.91).

Com a potência de quem por vezes criou e rearranjou palavras para dizer daquilo que sentia, de quem sabia que pela palavra tinha em mãos um código poderoso, que a desatou, tanto quanto possível, do passado escravista vivenciado por seus avós, ao passo que também a interligou em possibilidade crítica aos mecanismos coloniais ainda presentes em nossa sociedade, Carolina escreveu de si e testemunhou o território que vivenciou e criou.

3. APORTE TEÓRICO

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
Carlos Drummond de Andrade, *Procura de Poesia* (2003).

3.1 Subalternidade

Neste subcapítulo iremos abordar o conceito de subalternidade criado pela crítica e teórica indiana Gayatri Spivak, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010). Com isso, buscamos explicar o conceito, quais grupo de indivíduos ele apresenta, bem como buscamos destacar problemáticas elencadas pela autora, como a questão do silenciamento desses indivíduos marginalizados, a subalternização sistêmica, a questão do direito à fala e da representatividade política. Com a construção teórica de Spivak vemos um caminho possível para analisarmos a escrita de Carolina em relação ao seu contexto, a repercussão do livro e para destacarmos as fronteiras que a autora transpassou com seu testemunho.

O conceito de subalternidade proposto pela crítica e teórica indiana Gayatri Spivak, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010) tem como base a teoria Marxista, em especial, a desenvolvida por Gramsci, que trabalha com conceitos como o de hegemonia, classe e subjetividade e com categorias como a de “grupos subalternos” (Green, 2021), que são a classe periférica da sociedade. Em sua elaboração, Spivak investiga acrescenta a concepção a indagação sobre a relação entre os desejos de sujeitos de grupo minoritários e a representação de seus quereres quando expostos por indivíduos, regras, leis e sintaxes hegemônicas. Para a autora, subalterno é “aquele sujeito inespecífico” (Spivak, 2019, p.15) que não é socialmente escutado e é impossibilitado de obter acesso à cidadania.

O “eu”, entendido enquanto a subjetividade trazida à tona, existe no e através do discurso. Por isso, é cambiante, varia conforme as produções de si dos cidadãos, suas condições e conversações. Os corpos, portadores de consciência, deslocam-se por diversos lugares, produzem linguagem e são lidos de forma diferente em cada um desses deslocamentos. As relações que têm com o outro no mundo, que correspondem a situações, normas e papéis sociais, fazem variar, dependendo do contexto, aquele que diz e aquele que escuta.

Entretanto, para Spivak os processos de sujeição social são organizados por virtualidades, por um “leque de plausibilidades” (Maciel, 2021, p.3), resultado da plasticidade

que os conceitos, as palavras, possuem. No caso de grupos marginalizados, essa plasticidade não encontra espaços físicos, representacionais e institucionais, para se alargar e adentrar em enunciados que sejam escutados. Assim, com Spivak, a subalternização de um sujeito, apesar de envolver a colocação de desejos e subjetividades no mundo pela linguagem, não se trata de uma questão metafísica, mas de situações cotidianas e sistêmicas que fazem com que determinadas vozes não sejam ouvidas, sejam excluídas (Maciel, 2021). Nesse sentido, *O Quarto...*, além de ser um registro da autoconstrução de Carolina enquanto autora, é uma obra que resguarda a luta da autora pela criação do seu espaço de fala. Ao testemunhar a vivência de uma mulher negra no Brasil, em pleno processo de ocupação urbana e favelização da cidade de São Paulo, Carolina alarga o discurso social ao trazer pela primeira vez a narrativa de uma subalterna favelada para a literatura brasileira.

Spivak se inscreve dentro do campo dos estudos pós-coloniais e investiga rastros desse sistema presentes nos discursos hegemônicos. Os “eus” que se desenham no sistema-mundo pós-colonial, cujo centro para o qual os privilégios são direcionados é onde se encontra o homem branco, fazem isso sobre uma tela que enquadra as existências dentro de possibilidades restritivas, segregadoras (Spivak, 2010). Os discursos, apesar de aparentarem ser suporte para concepções infinitas, a depender apenas dos rearranjos nele proferidos, “nascem” já rabiscados por virtualidades passadas, colonializadas. O ser outro, dizer outro, necessita da pré-existência de um “eu” referente que, no conjunto de conceitos concretizados, hegemônicos e eurocêntricos, é o “eu-branco-cartesiano”, que denomina, conforme seus interesses, a existência dos sujeitos subalternos que lutam por espaços de fala e que, quando conseguem inserir-se em debates públicos, não têm suas necessidades ouvidas pela falta de atenção sobre a sua experiência singular e o que ela diz de seu grupo social.

A proposta de Spivak é radiografar, escanear, a tela que enquadra os sujeitos em busca de pistas que desnaturalizem possibilidades de existência pré-existent, impositivas e descorporificadas, para então desconstruí-las. Assim sendo, não visa esclarecer, reconhecer, os indivíduos subalternos pois tentar decifrar um sujeito oculta “o reconhecimento implacável do “outro” por assimilação” (Spivak, 2014, *apud* Maciel, 2021, p.4), ao identificá-lo com o já conhecido, omitindo, assim, individualidades que existem em contextos que não os centralizados. Quando os planos de constituição discursivos são omitidos, quando a maioria dos atores sociais vestem acriticamente “outro” como colônia (Spivak, 1985, *apud* Maciel, 2021), saberes, cosmologias e narrativas são impossibilitadas de existir. A problemática para a autora não é a falta de pronunciamento das pessoas subalternas, mas a falta de espaços de

escuta das suas questões, pois para que uma história exista e seja socialmente debatida ela precisa ser escutada.

Orquestradamente, os discursos hegemônicos impedem pessoas subalternas de serem também atores sociais - reserva a eles locais de efeito, a quem a realidade preexiste e cujas circunstâncias são impostas. Efeito, pois as representações gerais inserem sujeitos individuais nas falas através de conceitos que totalizam seus desejos conforme os interesses do poder (Spivak, 2010). Nas palavras da autora, “na semiose do texto social, as elaborações de insurgência permanecem no lugar da “declaração”. O emissor – quando é o “camponês” - é marcado apenas como um indicador de uma consciência irrecuperável (Spivak, 2010, p.65). É o distante, cujo relato da existência é a de quem foi derrotado, conquistado, e hoje é trazido à tona apenas como contraponto dialético nos discursos de poder vigentes. É o que é capturado e enjaulado no texto e pelo texto.

Spivak chama de “política de tradução” o mecanismo que transcreve falas e linguagens conforme a intenção de utilização dos agentes do poder (Spivak, 2010). O campo de agência da ação política, suas micro e macro esferas, as avenidas e entrelinhas pelas quais o poder circula, cria barreiras e interpela as vias de manifestação dos indivíduos subalternizados. As barreiras desse campo podem ser percebidas pela representatividade das palavras no dia a dia. Por exemplo, uma mulher imigrante está na rua pedindo apoio a desconhecidos para encontrar uma moradia. Mulheres, imigrantes ou não, têm direito a habitação e outros direitos, como acesso à educação e integração social, no Brasil. Entretanto, apesar de estar “representada” como mulher no discurso, e estar “abarcada” pelo sistema da lei, não é ouvida, pois a barreira linguística faz com que ela seja silenciada de seus direitos. Faltam espaços de escuta, sistematicamente planejados, para acolher corpos de minorias subalternizadas, pois as palavras não são capazes de deslocar consigo os corpos de sentido dos indivíduos. Outro exemplo, é a categoria “trabalhador” que quando referencia sujeitos de maneira global “nega a divisão internacional do trabalho e as conjecturas do capitalismo” (Spivak, 2010 *apud* Carvalho, 2011, p.66), que oferece condições diversas, muitas vezes exploratórias, análogas à escravidão, para que uma função seja desenvolvida.

Em vias de apontar a unificação excludente das traduções dos mecanismos representacionais, Spivak (2010) faz uma crítica sobre a própria palavra representação que une dois sentidos em um único termo: o de representação enquanto “falar por” (*vertretung*), relacionada às instituições políticas e a suposição de conhecimento e substituição do

representado” (Carvalho, 2011, p.66) e representação enquanto “(darstellung)” (Carvalho, 2011, p.66), vinculada a dimensões estéticas e de autorrepresentação dos sujeitos.

A autorrepresentação que parte de lugares de fala, posições nas quais indivíduos excluídos falam por si “como protagonistas da própria luta e movimento, pleiteando o fim da mediação” (Spivak, 2019, p.15), é uma via de enfrentamento da representação em sentidos restritos. Quando uma palavra emudece linguagens, a vocalização de corpos e grupos sociais, ocorre uma violência cognitiva, epistêmica, uma batalha entre discursos, fruto da impossibilidade de se contemplar diferentes necessidades em um discurso uno (Spivak, 2014, *apud* Maciel, 2021). A invisibilização e naturalização, a estagnação das categorias que classificam os estratos sociais em conjuntos fechados, são a força das estruturas de dominação. Os sujeitos subalternos são “descolados” dos termos que dizem deles, pois a metonímia das expressões que os representam, como “mulher” e “trabalhador”, não se relacionam a sua posicionalidade existencial, em “contiguidade, material ou conceitual” (*Metonímia*, Oxford Languages, 2023). Eles não alcançam através da referenciação das palavras aquilo que é seu por direito. Ocorre então um “epistemicídio” que é “o crime da página esclarecida”, cometido nas entrelinhas, através dos termos, mas que causa consequências corpóreas que podem ser vistas nas ruas pelo desamparado de corpos marginalizados.

Para que façam ressoar o acontecer de um sujeito, os discursos precisam ser negociações constantes, resultado de conversas e escutas, imperativos construídos em conjunto. Em Spivak, o confronto da subalternização parte da problematização das estruturas e do aprendizado autorreferencial sobre si mesmo (Spivak, 2010). Por mais que o representante, pela posição que ocupa, tenha que falar sobre alguém, e para isso precise referenciar, a resistência contra sistêmica deve ser imanente, partir de seu local discursivo. Pois, ao descrever sua circunstancialidade o proclamador, investigador, torna aparente sua estrutura e demonstra que ela é construída, circunstancial, e por isso pode ir além dos paradigmas e ser heterogênea. Ao dizer a partir do local do qual faz parte um testemunho torna-se “não ideológico-transcendente” e sua leitura passa a ser um trabalho de análise, de recolhimento dos “ingredientes” que o constituem para que novos agenciamentos linguísticos possam ser nutridos (Spivak, 2010) a partir de outros locais. Quando Carolina diz que é pobre, negra e favelada, vive em meio a lama, e reclama dessas condições em prol de sua autoconstrução enquanto escritora e, também, das outras pessoas que vivem na favela do

Canindé, temos um exemplo de discurso subalterno que diz de si e cria, inclusive com a invenção de novas palavras, um espaço de fala.

No livro *Quarto de Despejo*, a vivência do grupo sociorracial de Carolina é marcada pela presença contínua da lembrança da imanência da morte, que é corporificada pela fome que passam, pelas habitações precárias em áreas de risco que nas quais vivem e pela violência policial, resultante da discriminação, que enfrentam (Penteado, 2018). Em junho de 1958, Carolina escreveu “Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais” (Jesus, 2014, p.46). Assim, a subalternização testemunhada em o *Quarto...* atesta a desconsideração da vida de sujeitos marginalizados em disputas e planejamentos urbanos, o que faz com que sua existência seja despejada em locais indignos para sua sobrevivência.

Como contrarresposta sistêmica, Carolina cria usos para as palavras a partir de reflexões sobre seus dias, como no trecho a seguir, em que testemunha sua ida a um açougue e critica o sistema econômico vigente, explorador de pessoas e animais, que chama de “desorganizações”:

Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabelada e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas *desorganizações* (Jesus, 2014, p.60).

Uma das raízes da subalternização é a dificuldade de representantes, investigadores e movimentos sociais em perceber as barreiras representativas e os perigos de interpretações que difundem discursos unificantes sobre a existência dos grupos minoritários. Para Maciel (2021, p.2), “os esquemas analíticos devem emergir do encontro etnográfico”, aberto e não pré-determinado, que vise construir pontes entre a vivência dos sujeitos e os paradigmas representacionais, através da desconstrução dos mesmos em um esforço antropológico, que dê conta dos conceitos a partir de sua desnaturalização, pela observação da vida em que são agenciados e das histórias em que são utilizados como material de construção.

Pois, o fundo da produção significativa, conceitual e científica, como apontado por Spivak, parte do interesse dos grupos dominantes que preservam as estruturas para que elas sigam abarcando suas significações de poder. O agenciamento entre as palavras e as coisas, nesse caso, é uma ação que valida institucionalmente o que preexiste, necessidades que diferem das problemáticas e vivências subalternizadas. Por isso, a autora responde à pergunta

que é o título de seu livro com um não: o subalterno não pode falar, não através dos mecanismos de sentido que o recriam enquanto “Outro”, objeto dialético, sujeito inserido nos discursos através de palavras “totalizadoras de poder e de desejo” (Spivak, 2010, p.43). Poder que, para Spivak, “não é uma instituição, não é uma estrutura; tampouco é certa força com a qual alguém é investido, mas é o nome que se dá a uma complexa situação estratégica em uma sociedade específica” (2019, p.259), na qual não nos atentamos para a escritura de nosso próprio “desejo de legitimação” (Spivak, 2019, p.259), que deslocamos pelo pré-texto e expressamos quando somos nominalistas de maneira acrítica.

A palavra “ladaia”, por exemplo, é uma expressão que no Rio Grande do Sul é comumente utilizada como significativa de coisas ruins, para referir-se a “confusões”, “fofocas”, “diz que me disse”, “tumulto” (LADAIA, s.d)⁶. Entretanto, ladaia vem de ladainha que é o canto de iniciação que abre rodas de capoeira e conta histórias de personagens ancestrais e cotidianos para embalar a ginga dos capoeiristas⁷.

Mesmo em locais externos aos campos hegemônicos, como na América do Sul, tratamos o fundo discursivo acriticamente, pela repetição. Investigar as palavras como possíveis disseminadoras de sistemas racistas, sexistas, excludentes e impositores é um exercício de crítica, de desconstrução possível, visto que a episteme, o conhecimento solidificado e proclamado, expõe alegorias que, ao mesmo tempo em que tentam mascarar o entendimento da violência geral que por vezes reitera, deixa escapar, termos que demonstram a utilização preconceituosa da linguagem cultural hegemônica. A luta contra a violência do poder estrutural é um trabalho de autocrítica, de problematização constante. De deslocamento da linguagem, para que então possamos “tratar as engrenagens como condutos para a proliferação conceitual a partir da qual se enunciem mundos diferentes ou, em outros termos, diferenças que são de mundo (Maciel, 2021, p.2), para confrontar cadeias de signos homogeneizantes (Carvalho, 2011), lutar contra tendências que reiteram o colonialismo que opera pela “semiótica da colonização interna” (Spivak, 2019, p.263).

Trazer para a cena sujeitos a partir de suas falas, sem permeá-los como exóticos, e sim como parte de uma experiência que não é sequer sujeitada a eles mesmo, visto que seus relatos dizem também de seu grupo, seu entorno, faz cair por terra as máscaras que

⁶ LADAIA é a sigla do “Laboratório de decolonialidade em ações e investigações artísticas” da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O site do laboratório, que contém as informações do projeto e a explicação do uso da palavra na sigla, utilizada no presente texto, pode ser acessado no link: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2647>.

⁷ As informações sobre os cânticos de capoeira foram lidas no site “Capoeira Alto Astral”, na página que pode ser acessada pelo link: <https://capoeiraaltoastral.wordpress.com/sobre-capoeira/canticos/>.

caracterizam códigos enviesadamente programados enquanto verdades históricas (Spivak, 2019). Para Maciel (2021), pessoas são subalternizadas quando sua imagem é "censurada", distorcida, ao ser transmitida em diferentes espaços; quando são decodificadas por máquinas representacionais, aparatos de imposição de desejos coloniais, que re-frabricam seus discursos em arquivos congelados, que tornam suas realidades proposições úteis para a reprodução do poder, e não enquanto parte constituinte da formulação do texto social.

Transtornar as, por vezes sutis, duras colocações soberanas em prol de uma plasticidade conceitual, traz para a roda vozes subordinadas. O processo de desubalternização acontece quando o agenciamento que as palavras operam entre significantes e significados é trazido à tona, investigado, possibilitando que essas vozes sejam vistas. Ao trazer Spivak, Maciel aponta que a insubmissão subalterna é demonstrada quando “utilizando-se da plasticidade conceitual dos grupos dominantes” releituras são feitas e que, assim, “a hegemonia começa a se desquebrar” (2021). Mostrar a inverdade de textos e discursos, institucionais e comumente propagados, como os que dizem que no Brasil vivemos uma democracia racial, sendo que a segregação e o preconceito são reiterados diariamente através de expressões como “ladainha”, possibilita o enfrentamento da violência epistêmica subalternizadora. As palavras e os conceitos possuem uma qualidade relacional, pois dependem de significações operadas pelo contexto, pela interpretação, fala, escrita e leitura. A qualidade relacional que os textos possuem aponta a problemática e, simultaneamente, mostra que, no que diz à análise, é possível realizarmos a leitura de textos a partir de perspectivas descentralizadas, em movimento. Se pensarmos que os conceitos são enraizados no espaço-tempo em que são utilizados, ao aprendermos sobre esses locais investigamos as significações atribuídas e expressas a partir deles. Ao trazer Derrida e seu livro *Gramatologia* (1973), que é uma das referências de Spivak em *Pode o Subalterno Falar*, Maciel aponta que “os diferentes significados de um texto podem ser descobertos decompondo a estrutura da linguagem dentro do qual ele é escrito”, e que, assim, “a desconstrução é uma prática de leitura que investiga as condições de possibilidade dos sistemas conceituais que animam o texto” (Maciel, 2021, p.18).

Ao considerarmos que sistemas conceituais hegemônicos criam realidades a partir da dominação e hierarquização das possibilidades narrativas, voltamos a pensar sobre a corrente de estudos que anima o conceito de subalternidade. A partir da crítica de Spivak, podemos ponderar que seguimos no “entre”, situados por paradigmas que se dizem pós-coloniais, mas ainda não o são e que, por não serem, seguimos subalternizando, delimitando condições de

fala pela falta de problematização daquilo que ainda não foi superado. Em busca de pensamentos que provoquem novos campos de codificação, como meios nos quais os valores dialógicos sejam singulares, interligados ao “político, econômico e afetivo” (Spivak, 2019, p.275), e que desfaçam a cultura representativa enquanto “instância monolítica” (Carvalho, 2021), que pré-determina os indivíduos pelo refazimento dos discursos sem crítica e criação discursiva constante, é que o surgimento de outras maneiras de escrita e leitura é ansiado (Spivak, 2019). Ânasia que foi enfrentada por Carolina, que leu o espaço de seu tempo e dele coletou formas para viabilizar a vocalidade de sua voz para que fosse ouvida em ambientes hegemônicos.

Assim, destacamos a importância que o conceito de *subalternidade* e problemáticas levantadas por Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010) tem para a nossa pesquisa. Pois, é através dele que abrimos nossos olhos para uma leitura crítica, contra hegemônica e que não toma Carolina como uma “outra”, que nos faz buscar pelo teor singular de sua construção literária e destaca o enfrentamento da autora ao comunicar sua vivência subalternizada contra planejamentos que forcem contra sua sobrevivência e possibilidades de melhores condições de vida através da escrita.

3.2 Escritas de si e o formato diário

São múltiplos os conceitos que tratam de escritas em primeira pessoa. “Escritas do Eu”, “Autoficção”, “Ficções do Eu”, “Autoetnografias”, “Autobiografias” e “Escritas de Si”, são alguns deles. Para Klinger (2006, p.114), um texto escrito em primeira, ao enunciar a partir de seu próprio espaço de fala, expõe um artifício que “contra qualquer transparência representacional – torna “opaca” a escrita sobre o outro”, a partir de uma relação de alteridade, e, assim, se aproxima do que almeja o conceito de subalternidade de Spivak, que aponta a impossibilidade representativa do outro e para quem, um caminho possível para a inclusão de grupos minoritários em discursos institucionalizados e canonizados é a partir do apontamento da existência dos diferentes espaços discursivos, singulares, que existem. Por isso, com esses conceitos temos suporte para ler o espaço de autoconstrução de Carolina no livro e o teor autoconstrutivo, testemunhal e criativo da obra.

Para Leonor Arfuch, processos de escrita no qual um sujeito diz de si surgem da “ênfase biográfica que caracteriza o momento atual” (2010, p.58). O anseio pela voz dos sujeitos expressa de forma testemunhal é um sintoma que demonstra o desejo por formas de expressão que, para além de construírem gêneros narrativos, constroem espaços biográficos

nos quais relações de sentido são articuladas e permitem a leitura dos climas de uma época a partir de experiências corporificadas. Os gêneros discursivos são sistemas delineados por valorações do mundo que são traduzidos “numa voz que testemunha algo que só ela conhece” (Arfuch, 2010, p.72) a partir da instantaneidade do tempo vivido. Surgem de relações, articulações, pois “A linguagem participa da vida através dos enunciados concretos que a realiza, assim como a vida participa da linguagem através dos enunciados” (Bakhtin, 1982 *apud* Arfuch, 2010)⁸.

Diana Klinger também desenvolve conceitos de escritas de si e escritas do outro. Para isso, disserta sobre autoficções e etnografias na literatura latino-americana contemporânea. Como exemplo de autoficção, ela traz o discurso psicanalítico, no qual os acontecimentos factuais e as narrativas criadas a partir da subjetividade enunciada do analisado, não são polos opostos, mas faces de uma mesma moeda. A autora explica que, ao contar sua história de vida, o paciente não possui um “nexo” pronto das coisas que aconteceram, que então compartilha com o analista, mas que é no próprio ato de contar que elabora sua história que teria, portanto, um teor ficcional visto que é recheada de sentidos e reflexões que conectam o passado do que aconteceu com atualizações do tempo presente. Essa ficção não é verdadeira ou falsa, é a história que o indivíduo, ao produzir uma narração singular, cria para si. Conforme Perpétua (2000, p.282), o *Quarto...* demonstra que a escrita íntima em diário, ainda que seja elaborado para que seja publicado, possibilita o florescer do “eu inconsciente que persegue uma identidade no próprio ato da escrita”, atuando, assim, como a natureza de uma auto-análise.

Se na literatura introspectiva o narrar de si, segundo Faedrich (2022), é uma forma de buscar por “identidade e sentido na vida”, a prática de escrita do eu em cadernos, confissões e redes sociais, é associada à possibilidade de partilha da experiência da solidão, insegurança, medo do sofrimento e da morte, como tentativa de nomear, atribuir sentido e compreender pavores. Ao descobrir que a realidade é turva, enosada em tramas de difícil compreensão e deglutição, “a experiência da narração transforma o vivido no contado” (Ricœur, 1991 *apud* Faedrich 2022, p.122) e, através da narrativa, o indivíduo adota para si uma persona que pode então ser lida. Após, a “orelha do outro” (Derrida *apud* Faedrich 2022, p.157), que passa a

⁸ Para Bakhtin a linguagem é uma construção social, e não um sistema fechado em si. Em seu livro *A imaginação dialógica* (1982), Bakhtin aborda a questão da criação literária a partir da relação dialógica que o autor estabelece com seu tempo histórico e com as pessoas com quem tem contato. Ressalta que os textos não estão desconexos do contexto em que são escritos e que a realidade imprime suas condições no texto.

existir em um momento de escuta ativa, reelabora a história que ressoa da tensão entre o mundo e as relações que nele se desdobram.

Klinger, assim, dialoga com Arfuch ao dizer que o analista e o analisado constroem em conjunto um “espaço biográfico” elaborado com pontos advindos de registros referencias e ficcionais que jogam com os “jogos do equívoco, as armadilhas, as máscaras de decifrar os desdobramentos” (Arfuch, 2005, p.48 *apud* Klinger, 2006, p.46). O mesmo acontece quando o leitor de literatura consome obras biográficas passadas imerso nos valores do espaço literário contemporâneo a si. As características desse espaço são demandadas tanto pelo “espírito do tempo”, que ressoa nas subjetividades e materialidades mundanas, como livros, quanto pelo retorno de aceitação das obras pelos públicos, que pode ser quantificado pelo número de vendas, por exemplo. Penteado (2018) aponta que a escolha de Carolina pela escrita em diário foi precursora. O relato testemunhal escrito tendo como suporte um diário não era comum no Brasil dos anos 50, pois escritas “íntimas” não eram debatidas na esfera pública. Penteado explica que o *Diário de Anne Frank (1950)*, por exemplo, que testemunha o horror dos campos de concentração nazistas, foi publicado no Brasil apenas em 1956, quando Carolina já escrevia o *Quarto de Despejo*.

Testemunhos e diários, expressões de si, são vistas enquanto constituintes do espaço literário biográfico, valoradas conforme o momento em que são relacionadas e pela forma como são recebidas. As duas formas abarcam a obra de Carolina e concretizam para a posterioridade seus testemunhos. O livro-diário, forma através da qual a autora transpõe sua vivência, as marcas e pegadas que constrói no dia a dia junto ao seu espaço biográfico é uma escolha da autora que garantiu a conexão entre a sua vivência diária presente e a posterior autenticidade do discurso de quem sofreu traumas - resultantes do embate entre o eu moderno e o mundo, que se apresenta como uma manifestação violenta, repleta de segregações urbanas e ataques de gênero, raça e classe - na pele.

Em relação ao horizonte de recepção do Brasil dos anos 50 e 60, o “valor” da época reconheceu o diário de uma favelada como relato da recente e crescente urbanização paulista. Portanto, suas passagens, que causavam choque, tiveram uma boa recepção inicial, pois serviram aos fins midiáticos da época. O que poderia causar, para os fins da constituição do espaço biográfico da época, um efeito de real mais retumbante que os relatos de Carolina? Foi o que, inclusive, Audálio Dantas reconheceu ao encontrar a autora enquanto buscava por fatos para realizar uma reportagem na favela do Canindé, mudando assim de ideia e decidindo por publicar seus textos nos jornais. Para o governo, o livro disseminava,

principalmente para os leitores estrangeiro, a ideia de que uma pobre, negra e favelada poderia “chegar lá”, mesmo que através da narração das barbáries que enfrentava, cada vez mais vistas como “normais” com o passar dos anos, reiteradas por processos de urbanização planejados e promovidos através de preceitos neoliberais.

A ideia de um “espaço biográfico” delinea que o fazer literário e o ficcional não são realizados em dois movimentos diferentes, o de primeiro selecionar fragmentos do real para, então, escrevê-los em suportes materiais diversos, como diários (Seligmann-Silva, 2010). Pois, selecionar aquilo que irá compor o discurso, fazer a *electio* da retórica já é parte do processo: escolher o que será escrito já é trazer para o real o íntimo, subconsciente, pessoal, na elaboração de um universo que existe dentro das circunstâncias que envolvem o autor conforme a capacidade que tem de “transpor e saltar entre as imagens e palavras, palavras e imagens” (Seligmann-Silva, 2010, p.8) que a ele se apresentam.

Isso pode ser feito pela “modelização”, como trata Lapoujade (2017, p.15), que viabiliza diferentes modos de existir que um ser possui em “determinado plano” e que pode ser realizada não apenas pela escolha de quais palavras dirão de uma existência, como também através da escolha de quais cores irão colorir um autorretrato, por exemplo. Em seu livro *Existências Mínimas* (2017)⁹, Lapoujade chama de “mônodas desmedias” as substâncias “de perfeição singular” que dizem da singularidade de uma existência que pode ser transportada para diferentes realidades. Essas substâncias substancialmente menos factuais do que um “discurso comprovado” testemunham a partir do próprio fato de que são também uma nuance, um traço de uma obra: assim como o teor testemunhal e singular de uma escrita de si, apontam e preservam, transportam, de um tempo ao outro, vestígios, o tipo de papel em que foram escritas, o dia e a condição climática narrada, o modo pelo qual puderam se fazer palpáveis pelas mãos do Eu, sem com isso esgotar o significado da narrativa em uma totalidade fechada. Ressaltam “a indizibilidade entre o real e a ficção” (Seligmann-Silva, 2010, p.9), o insondável, presente nos arquivos que está sempre, em alguma medida, conservando a si mesmo e se atualizando em novos espaços-temporais.

⁹ Em existências mínimas Lapoujade aborda o trabalho do filósofo Etienne Souriau para quem a única maneira de se chegar a um ser, de ler uma individualidade, é a partir das maneiras pelas quais essa se manifesta. A arte do ser, então, é o leque infinito de possibilidades que esse tem de existir em diferentes espaços. A distinção, para Lapoujade, em cada um desses modos é realizada através da palavra, pois ela é numericamente “um”, uma definição, mas que, entretanto, é uma unidade que “é exatamente um modo de existência entre outros” pois “Um ser pode participar de vários planos de existência como se pertencesse a vários mundos (Lapoujade, 2017, p.14). Pode ter seu corpo, sua subjetividade, rearranjada no emaranhado de diferentes mundos que chamamos de “mundo”.

São nuances que dizem do singular e revelam, no caso da experiência narrada por Carolina e como referido por Agambem (2003 *apud* Arfuch, 2005, p.113) que “hoje a destruição da experiência não precisa de nenhuma catástrofe” que vá além da própria vivência cotidiana em qualquer grande cidade, pois os indivíduos passam os dias lidando, extensivamente, com uma grande quantidade de pequenos fins de mundo, de violências que resistem e são reiteradas pelos sistemas hegemônicos. Indivíduos como Carolina, subalternizados, afirmam um “Eu”, em constante recriação, tanto quanto lhes é permitido, nesse mundo que os puxa “se não para o extermínio, ao menos para o anonimato e para sua insignificância” (Seligmann-Silva, 2010, p.9), como forma de resistência, de visibilização. Criam para si, pela “busca de sentidos, o traçado de uma forma perdurável” (Arfuch, 2010, p.136), um espaço no qual sua história, de um sujeito não branco-cartesiano, quebre silêncios, abra veredas por entre fronteiras e traga uma língua outra que diga de sua existência, das nuances da sua vida que para que possam ir além das pequenas ruínas que restam ao final de cada dia.

Língua que para pessoas negras, como Carolina, pode ser vista como língua da falta, visto que seus antepassados distantes e parentes próximos, como seu avô, eram analfabetos, pois a eles, escravizados, não foi permitido o “local da escritura”. Conforme Maria Angélica Deângeli:

Se não se pode dizer-se, narrar-se - dizer-se si mesmo e a si mesmo - na língua sagrada, não há outra saída a não ser migrar para uma língua outra. Uma língua que deixe vazar (e extravasar) o amor que se cultiva pela escritura; uma língua que permita, enfim, dizer esse amor (2010, p.115).

Em seus livros Carolina autoescreveu-se para narrar a vida que vivia, a vida da obra e sua obra de vida “como possibilidade de ficção, de simulacro e de disseminação” (Deângeli, 2010, p.126). Ficcionalizou “acontecimentos e fatos estritamente reais” (Nascimento, 2017, p. 613), ao retomar, criar, ir de si ao outro, pela estratégia de construção polifônica de vozes a partir de diferentes perspectivas percebidas e narradas: as suas, a dos outros moradores da favela, da cidade, de gerações passadas e do leitor a porvir, com quem dialogava ao descrever suas ações como no trecho:

De manhã não fui buscar água. Mandei o João carregar. Eu estava contente. Recebi outra intimação. Eu estava inspirada e os versos eram bonitos e eu esqueci de ir na Delegacia. Era 11 horas quando eu recordei do convite do ilustre tenente da 12ª Delegacia (Jesus, 2016, p.25).

Conta de si, de seus ânimos, de seu filho, da delegacia. Reflete sobre o número do regimento. Questiona, descrevendo como se construísse com alguém, o leitor, visto que sua finalidade era a de publicar os trechos, a resposta.

Em Doubrovski (1989 *apud* Azevedo, 2008) o conceito de autoficção desdobra-se pela premissa de que o contar de si, retrospectivo ou atual, é ficcionalizante e visa em seu desdobramento a relação do texto com o fazer-se de si um escritor. Assim, a novidade da forma enunciativa “é a vontade consciente [...] de jogar com a multiplicidade” uma estratégia que, apesar de possuir como referência a instabilidade constitutiva do “eu” é “calcada em uma referencialidade pragmática, exterior ao texto”, que ao dizer de onde vem fala quem é e, assim, coloca o autor no papel que constrói. As escritas de si são literaturas que trazem no seio questões sociais vivenciadas por testemunhas de acontecimentos que “pela força da criação artística” compartilham sua visão “da inimaginável realidade dos fatos” (Faedrich, 2022, p.14). São narrativas experienciais, unidas ao corpo e à voz, a presença real do indivíduo na paisagem que revisita e cria, pois, conforme Beatriz Sarlo:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (Sarlo, 2007, p. 24-25).

Diana Klinger (2006) aborda as autoescritas também ao agenciar o estilo ao campo da antropologia, com perspectivas que vão do micro, do singular, ao macro, social. O enlace com o campo antropológico é feito a partir das noções de experiência e observação, ações necessárias ao fazer dos antropólogos. O “narrador-etnógrafo” testemunha a partir do envolvimento presente de quem se vê diante de um mundo diferente do seu. Assim, esse mundo inteiro é um “Outro”, e não apenas os sujeitos à sua volta. A transmissão, então, feita *in loco*, depende que aquele que vê se deixe instigar pelo outro não como se assistisse a um espetáculo, mas como um “narrador-jornalista” (Klinger, 2006, p.113) que narra a partir da inserção de seu próprio corpo na cena. Diz de si, não como alguém que almeja representar a realidade em que se insere, mesmo que ela esteja diante de seus olhos, mas diz como alguém que relata a duração do que ocorre, o próprio tempo em que esteve inserido na cena.

Assim, podemos pensar as autoescrituras como criações dinâmicas arraigadas na relação de um vivente e sua realidade sócio-histórica. Essa criação pode ser a de um

personagem encarnado pelo narrador que não necessariamente expõe facetas existentes de sua identidade, mas reelabora, ou imagina, características e modos que o sujeito pode vir a desempenhar no mundo. Papéis cuja presença é sentida “sob as palavras, pronta para reorientar o texto em sua direção, para investir seu desejo, suas obsessões e as suas preocupações” (Ouellette-Michalska, 2007, p. 71 *apud* Faedrich 2022, p.173). Carolina, ao passo que inventava palavras, utilizava vocábulos de um português prosaico e da linguagem da norma culta. Demonstrava seu desejo em se tornar uma escritora como eram os consagrados e, para isso, alocava sua vivência em palavras que julgava serem cabíveis para que ela se impulsionasse como essa figura. Seleccionava-as, analisava seu funcionamento interno no texto e, assim, autorreferência ao que se tornaria em ato. Como na passagem do dia 15 de julho de 1955:

Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se. Ele estava no núcleo. Deilhe uns tapas e em cinco minutos ele chegou em casa. Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um melhoraí e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — Vai buscar água mamãe! (Jesus, 2014, p.10).

No trecho, Carolina utiliza a expressão “a turba afluiu-se”. Ao imaginarmos a cena podemos pensar que a usa para dizer que uma multidão reuniu-se em torno do menino atropelado. Depois, utiliza a palavra “abluir”, que no dicionário quer dizer “limpar” (*Abluir*, Oxford Languages, 2024). Ela segue dizendo “aleitei-as”, que talvez diga do ato de colocá-las na cama, e segue conjugando as expressões agora com o “me” para demonstrar que fez o mesmo e dormiu. Nesse trecho, podemos ver ocorridos da favela, as tarefas de Carolina como mãe e seu processo de construção na e pela escrita, o que torna seu testemunho um ato de resistência, político, ao passo que faz existir no espaço biográfico uma história subalternizada.

Segundo a crítica literária Isabelle Grell (2014 *apud* Faedrich, 2022, p.181) o Brasil é um país de diversas territorialidades, raças e desigualdades e, em virtude disso, os “autoficcionistas tratam de questões políticas, raciais e sociais do país em suas obras intimistas” que são gritantes em sua realidade diária. A premissa de Grell caracteriza a autoficção como uma arte ativa que atua pela transformação estética da vida de “Eus” que se fazem existir pela escrita, pelo testemunho, através de um pacto que relaciona a fragmentação individual (psiquê) ao universal (sócio-histórico). Assim, promove que as a criações

autoficcionais são cambiantes, e se relacionam às fronteiras porosas que existem entre o ser e o mundo, o subjetivo e o objetivo, ao considerar que o movimento de escrever de si é inseparável do escrever sobre o mundo. Para exemplificar, a autora realiza uma análise filmica de *Cidade de Deus* (2002). O filme tem como personagem principal e narrador Buscapé que conta a história de vários moradores da favela a partir de seu ponto de vista. Localizada na zona oeste do Rio, a Cidade de Deus é um conjunto habitacional construído pelo governo de Carlos Lacerda que foi povoado por desabrigados que haviam perdido seus lares após a cidade ser atingida por uma das maiores enchentes que a cidade enfrentou até hoje¹⁰. Enquanto o narrador sonha em se tornar fotógrafo e sair da favela, outros personagens ocupam o local com diferentes perspectivas e desejos, como seu melhor amigo, Dadinho, que se torna o criminoso que comanda o tráfico da região, e Bené, que apesar de ter crescido no “mundo” do crime, é amado por todos pela maneira como trata as pessoas do local. Assim, Grell diz que o autor do livro, que foi adaptado ao cinema, Paulo Lins, faz emergir em *Cidade...* um “je-favela (eu-favela)”, um “je” de voz coletiva, através da perspectiva de vários personagens sobre a cidade.

Assim como *Cidade de Deus* conta uma história que vai de si para o mundo, do eu narrador para seu outro vizinho - em um movimento de alteridade, que não busca ofuscar as singularidades, mas que relaciona um ao outro em um movimento de cocriação contextual, a partir da reinventividade do mundo através da contação da realidade -, o *Quarto...* testemunha o estilo de escrita de Carolina; sua vivência; a existência da favela Canindé, dos primeiros moradores até sua dissolução e testemunha, também, o início de uma literatura brasileira que diz de si, é vocalizada pelas próprias pessoas que são colocadas à margem da sociedade, no formato de um diário, escolha precursora em um tempo em que escritas pessoais, feitas nesse suporte de escrita “íntima”, não eram lançadas e publicamente discutidas.

O futuro é elaborado por indivíduos ao se autoconstruírem no mundo, pensarem e dizerem de si. Como diria Ailton Krenak “o futuro é ancestral” (2022). Como explicitado neste subcapítulo, a partir da escrita de si um indivíduo elabora a sua vivência, a partir das condições de sua realidade material, dos deslocamentos espaciais que faz e da inventividade que surge a partir de suas reflexões. Carolina, cria em o Quarto... um espaço futuro, que deseja pertencer, em vias de se tornar escrita. Com isso, recria a realidade da favela do Canindé e denuncia em seu testemunho violências sistêmicas que lá ocorriam. Com isso

¹⁰ As informações sobre o filme são de uma reportagem da Folha Online que pode ser acessada no link: <https://www1.folha.uol.com.br/fofha/especial/2002/cidadededeus/sinopse.shtml#:~:text=O%20longa%2Dmetragem%20%22Cidade%20de,cariocas%20pela%20disputa%20do%20tr%C3%A1fico>.

rompe um pacto de silêncio e alarga o discurso a partir de sua autoconstrução para um capítulo da memória negra brasileira. Escritas do eu testemunham as nuances, o teor testemunhal de um indivíduo que aparecem impressas em suas obras. No subcapítulo a seguir nos aprofundaremos nessa forma específica de escrita de si que focaliza em escritas pessoas surgidas a partir de traumas e violências.

3.3 Testemunho e teor testemunhal

Dentre o escopo de conceitos de escritas que dizem a partir do “eu”, ponderamos que, para que analisemos o livro *Quarto de Despejo (1960)*, elaborado com fragmentos dos diários de Carolina Maria de Jesus, assim sendo, uma obra de teor íntimo, individual, o conceito de testemunho é o que melhor se encaixa ao contexto da autora. Por ser um indivíduo subalternizado, uma mulher pobre, negra e favelada, sua realidade material e vivência é a da pobreza, violência, racismo e silenciamento. Por isso o testemunho, na leitura feita por Márcio Seligmann-Silva, que abarca relatos, denúncias de indivíduos que passam por traumas sistêmicos, tentativas de aniquilação recorrentes, foi escolhido para lermos uma obra que diz de dores advindas do colonialismo brasileiro. Essas chagas, são expostas com um teor testemunhal único, que Carolina ilustra com as diversas nuances narrativas que utiliza para compor sua história.

Testemunho, nas palavras de Márcio Seligmann-Silva, é um conceito que atravessa diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, na teologia, diz da revelação e da afirmação da fé pela palavra; no campo da psicologia, abarca a escuta de narrativas de sujeitos que passaram por situações traumáticas (Seligmann-Silva, 2009). Em seus trabalhos, Seligmann tem como uma de suas problemáticas o desafio de revisitar e propor novas maneiras de realizar estudos historiográficos diante da história das catástrofes do século XX a partir de testemunhos dos sobreviventes. Para ele, vivemos um acúmulo de desastres modernos – o colonialismo, ainda não findado; as guerras, o holocausto, as epidemias, os governos nazistas e fascistas – que causam traumas recorrentes (Seligmann-Silva, 2006).

Sua perspectiva abarca questões micro e macro políticas, singulares e sociais. Reflete sobre os signos linguísticos concretizados, as palavras, e o que elas representam - através do código civil de leis, por exemplo, e de relatos individuais, como foi o de Carolina -, e sobre os rastros memoriais de eventos devastadores e seus desdobramentos na estruturação de narrativas presentes (Seligmann-Silva, 2006). Em interlocução com Giorgio Agamben, que

aborda o conceito de testemunho em sua obra *Remnants of Auschwitz: the witness and the archive* (1999), para trazer relatos dos campos de concentração nazistas, aponta que a história desses discursos denuncia a necessidade de que os “mais caros conceitos políticos e éticos” (Seligmann-Silva, 2006, p.20) sejam revistos para evitar que sigam arraigados em um solo de horrores que germina novas violências. Assim, a investigação sobre testemunhos tem como objetivo “iluminar o campo escritural”, visto que o campo memorial nas sociedades pode funcionar tanto quanto “traçamento” quanto “apagamento” da história (Seligmann-Silva, 2006).

O conceito de testemunho aqui tratado é lido, então, enquanto uma forma de expressão da história dos sobreviventes que se contrapõe à narrativa histórica unificada e fechada, que coloca à margem relatos individuais e decide qual será a narrativa oficial e majoritariamente contada. Entretanto, a leitura de testemunhos singulares não ignora que todo depoimento é localizado, pois existe a partir de um espaço-tempo. Assim, a partir de um testemunho individual podemos saber a respeito do local e da sociedade em que ele é criado. Um texto reflete a realidade em que foi construído. Não como um espelho, mas como uma elaboração ativa, que diz de um lugar a partir de uma subjetividade, de um indivíduo, que tem uma história pessoal e uma vivência que varia, dia a dia, e a partir da qual ele inventa, seleciona fragmentos para criar formas de significar e existir nesse mundo.

A escrita testemunhal abarca relatos de indivíduos a partir de suas percepções diante de acontecimentos coletivos, memórias que “como parte de um debate público [...] se decantam também em argumentos” (Seligmann-Silva, 2006, p.10). Narrativas que resultam da miséria, do descaso, das máquinas de matar produzidas no último século, e que dizem de como esses ocorridos constituem a história das populações que é contada, ensinada, e de como a propagação dessas narrativas transforma singularmente a maneira como os indivíduos imaginam e entendem o mundo. Dessa forma, testemunhos são uma maneira possível para que narrativas subalternas, minorizadas, sejam vocalizadas.

Penteado (2018), pesquisa sobre a estética criada por Carolina em o *Quarto de Despejo*. Sua tese é de que o estilo narrativo da autora resulta das violências diárias e sistêmicas que os brasileiros sofrem e que causam traumas recorrentes. Ele cria o conceito de *vida limite* para explicar que, no Brasil, a violência se perpetua diariamente, através do racismo, do machismo patriarcal e da segregação espacial. Para ele, essas brutalidades são rastros do período de escravização colonial, cujo dismantelamento não contou com a elaboração de políticas públicas prévias que se atentassem para questões como acesso e

direito à moradia digna para todos. O descaso sistêmico, a falta de planejamentos sociais, segue sem ser debatido o que causa um modo existir no Brasil sempre “no limite”, no qual extermínios localizados, histórica e geograficamente, são diluídos em pequenos extermínios constantes, diários, como são os que acontecem nas favelas. Os sujeitos que vivenciam essa realidade na pele, como Carolina, são silenciados, subalternizados, pela falta de escuta e de inserção de sua existência, narrativas, desejos, necessidades e problemas, nos discursos e medidas sociais: faltam ouvidos para ouvir indivíduos cuja existência é subalternizada, que vivem no limite. É fundamental que todos os testemunhos sejam considerados em seu “sentido profundamente aporético de exemplaridade possível e impossível, de singularidade que nega o universal da linguagem e nos remete “diante da lei”, mas ao mesmo tempo exige e cobra esta mesma lei (Seligmann-Silva, 2006, p.33), pois se a cultura e a história tornam-se, pelas perspectivas hegemônicas vigentes, monolíngues, tornam-se, então, uma cultura e história fascistas. Para investigar testemunhos singulares é possível tanto ler narrativas presentes em busca de seu teor testemunhal, que contém rastros memoriais acoplados aos novos sentidos criados no momento do ato narrativo, quanto historiografar horrores e vivências passadas, que, em narrativas como a de *Quarto De Despejo*, resistem ao discurso dominante e mostram outra face da história.

De maneira clássica, a historiografia foi criada para ser um “espelho” que exclui o que não é reflexo (Seligmann-Silva, 2006). Com “reflexo”, podemos pensar na suposta linearidade concreta, fechada e verdadeira, cuja montagem feita na linha do tempo ensinada parte da seleção de fragmentos-acontecimentos que contam da narrativa social a partir de interesses políticos, econômicos e representativos dos indivíduos à frente do poder. Assim, a análise testemunhal, conforme Márcio Seligmann-Silva em entrevista concedida à Sabrina Costa Braga, é uma chave de entendimento ético, que vai contra a exclusão dos pontos de vista diversos dos sobreviventes. Exclusão que é a base construtiva da narrativa “oficial” e que para se erguer soterra a memória dos traumas singulares presentes no relato dos sujeitos (Braga, 2018). O testemunho coloca em pauta a ética da representação ao passo que pensa a história e as artes a partir de um panorama politicamente abrangente (Braga, 2018): esmiuça as várias camadas das grandes narrativas.

Para que essas camadas sejam percebidas, é necessário que haja problematização, desenvolvimento da imaginação crítica, e a valorização da potência de ideias que, incansáveis e questionadoras, colocam em questão as representações maiores. A crítica da história, aqui proposta, torna-se possível a partir do reconhecimento de que toda elaboração discursiva

advém de mentes que possuem pés aterrados, localizados em um espaço-tempo, mas que, nem por isso, dizem de verdades fechadas. Nesse sentido, a ética testemunhal opera e pressupõe que a crítica necessária para sua visibilização “também é o lugar da imaginação produtora, que acolhe o paradoxo e o enigma” (Lins *apud* Seligmann-Silva, 2006, p.56), se movimenta de maneira singular, e mostra que a história pode ir além (Seligmann-Silva, 2006) de seu entendimento didático homogêneo. Pode ser escrita e lida a partir da escuta, da arte, de obras literárias, esculturas e monumentos expostos em praças.

Ler a literatura em busca de seu teor testemunhal, por exemplo, é um trabalho analítico atento aos mínimos detalhes, aos formatos, conteúdos, espaçamentos formais, rimas e métricas, em busca daquilo que muitas vezes se mostra de maneira pouco óbvia, de maneira difusa e fragmentária, mutável, que aparenta beirar o absurdo, pois “o teor de “irrealidade” é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma” (Seligmann-Silva, 2010, p.7). Isso acontece pois ao sobrevivente, em choque, por vezes faltam palavras para expressar o que aconteceu, pois “esta «irrealidade» da cena encriptada desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo” (Seligmann-Silva, 2010, p.7). O mundo, espaço de sua existência, tenta massacrar violentamente a vítima, o subalterniza, como se não fosse um indivíduo; sua existência parece ser lida aos olhos do poder como se fosse inexistente e assim ele se sente. A cena traumática, recorrente, se desfaz em refazimento toda vez que é testemunhada, pois “a escritura nasce da memória de imagens de um passado que também é sempre mais do que tudo *construção* e não (apenas) *representação*” (Seligmann-Silva, 2006, p.50), é agenciamento, relação, que nasce dos corpos de sentido presentes no mundo, e é alimentada pela vida que deixa suas marcas registradas pelos relatos (Seligmann-Silva, 2006).

Em *Quarto de Despejo...* Carolina é direta, cria e enuncia seu local de fala, pois precisa autoconstruir a si e ao seu local como forma de sobrevivência. Seus rastros, o teor testemunhal de sua obra, se faz presente de maneira gritante na materialidade do diário, nas folhas amarelas em que escreve, sujas do lixo que recolhe. Assim como o *Quarto...* as diversas obras culturais podem ser investigadas em busca de suas intensidades singulares e, ao passo que “a passagem da vida para o literário é a força dessas narrativas” (Seligmann-Silva, 2006, p.56), a materialidade do suporte das manifestações narrativas - os papéis, as rasuras, os respingos de café, borrões - para além da experiência do autor ao vivenciar o acontecimento, e do leitor ao ser afetado pela obra, podem ser analisadas. A virada dos saberes históricos, proposta pelo conceito de testemunho, demonstra que as

expressões culturais, além de serem formuladas por diferentes vozes, são expressas pela narrativa, pelo contexto em que foram escritas, pela escolha do formato – romance, diário, biografia, ficção -, e pela materialidade da escrita.

Assim, puxar os nós que circunscrevem os modos de dizer de si na escrita e os suportes que abarcam esses testemunhos aponta as relações de poder que circunscrevem as obras. Foi com resistência, em restos de papéis, que Carolina escreveu, destituiu o óbvio, contrapôs sua voz à voz da história. Fez isso em vias de se refazer, como o desfazimento dos próprios papéis: com dor, tonta de fome, cansaço, cambaleante de horror, medo, explorada e, nisso, não há nenhuma vitória: seu testemunho é o de uma vida no limite:

Deitamos. Eu estava agitada e nervosa porque queria passar o dia escrevendo. Custei dormir. Eu fiquei cansada de tanto correr para ir chamar a Radio Patrulha. Despertei as 4 horas da manhã com a voz do Alexandre que estava maltratando a sua esposa e chingando o soldado Edison. Dizia:

—Aquele negro sujo me bateu. Mas ele me paga! Eu me vingó!

Vendo que o Alexandre não parava de falar, eu fui na Delegacia. O soldado que estava de plantão disse:

—Favela é de morte!

Disse-me que se o Alexandre continuasse a perturbar para eu voltar as 6 horas.

Voltei para a favela, ele estava na rua insultando. Resolvi fazer café. Abri a janela e joguei um pouco dagua no Alexandre.

—Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fídida! Mas você me paga!

21 DE JULHO ...Fui catar papel. Estava horrorisada com a cena que o Alexandre representou de madrugada. Catei muitos ferros e pouco papel. Quando eu estava perto da banca de jornal tropecei e caí. Devido eu estar muito suja, um homem gritou:

—É fome!

E me deram esmola. Mas eu caí porque estava com sono (Jesus, 2014, p.82).

Seligmann-Silva conjectura sobre a decantação das palavras de um texto enquanto imagens que podem ser vistas no presente. Para ele, o uso das expressões em seu contexto diz de chaves sublimes, singulares, subjetivas do autor. Por conta de sua consistência interna, as definições do sublime, que descrevem traumas e existências, possibilitam um encontro dos acontecimentos passados com o agora que “quebra nossas defesas e se inscreve na nossa memória de assalto” (Seligmann-Silva, 2006, p.31), traz a memória através da escritura de

volta à tona e, dessa forma, possibilita que ela seja novamente relacionada à experiência, ao conhecimento, ao momento presente. A leitura do teor testemunhal da literatura por seus “traços fotográficos”, apesar de considerar a palavra, critica posturas que reduzem o mundo ao verbo (Seligmann-Silva, 2006), que constroem discursos monolíticos, de significações únicas, a serem transmitidos como alegorias que apresentam papéis a serem universalmente reiterados em conceitos fechados. Seligmann (2010, p.179) considera os testemunhos redes complexas “um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar”.

Seu pensamento se aproxima do de Spivak nesse ponto. A autora critica a univocidade da leitura feita sobre os grupos subalternos. Em sua ética de leitura¹¹, que aplica tanto às suas leituras de mundo, quanto às que realiza para suas elaborações teóricas, parte do pressuposto de que uma boa leitura, crítica, emerge nas convenções do texto para ressaltar aquilo que torna o fiel a si mesmo. A abertura de leitura aos diferentes locais e formas demonstra que a arte literária, por exemplo, expressa a potência vital e de desmembramento causada pelas crises que os sujeitos enfrentam. Para Seligmann-Silva, pela leitura podemos traçar vértices, pontos de encontro entre “a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo”. Carolina, cujo sonho era ser poetisa, poetisa preta, como ela se nomeava, além de diluir sua poética no tom testemunhal de *O Quarto...*, como no trecho:

O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astro rei sempre pontual para despontar-se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se (Jesus, 2014, p.37).

Também escrevia poemas como:

Eu disse: O meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...
É ir pro tanque lavar roupa.
(Jesus, 2018).

Nos trechos, podemos ver a estética de Carolina, seu teor testemunhal, sua autoconstrução seguindo seus desejos de ser escritora bem como o testemunho de seu contexto subalternizado. Ler a linguagem enquanto um constructo dinâmico, fruto de um trabalho de coleta e rearranjo de fragmentos (Seligmann-Silva, 2010), que resulta em

¹¹ O protocolo ético de leitura de Spivak é aprofundado em sua obra *Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*, de 1999.

véstígios deixados por um caminhar de passos constantes, necessitado pelo deslocamento em busca de novas realidades, que são criadas pelo próprio movimento, na disposição entre o possível e o impossível, o factual e o ficcional, o antes e o agora (Seligmann-Silva, 2009), o eu e o todo, é realizar uma leitura testemunhal. Quanto a criação poética, sua importância abarca a necessidade de deixar falar e ouvir o discurso dos sobreviventes que, por vezes, não encontram meios para dizer dos traumas que sofreram senão pela poesia visto que, para Seligmann-Silva, através dela se pode testemunhar tudo aquilo que se deve dizer apesar do medo das palavras (Seligmann-Silva, 2010). É comum que governos totalitários - como foi a ditadura brasileira imposta no Brasil logo após o lançamento de *O Quarto...* -, assim como o próprio sistema capitalista em suas nuances refinadas, sejam perversos, pois fazem com que a realidade das situações singulares vividas seja considerada irreal. Irreal enquanto negada, impossibilitada, não enquanto ilusória, falsa, como era suposto na antiguidade, antes do conceito moderno de ficção (Seligmann-Silva, 2013), que supõe que a realidade é também fabulação ao passo que, como mencionado anteriormente no trabalho, escolher o que será contado, e com quais expressões, é uma escolha inventiva e criativa, fabulatória. A problemática, entretanto, é que em relação a obras subalternas, como a de Carolina, a fabulação gera desconfiança pela negação, pois seu discurso escapa do que o sistema pretende que seja socialmente difundido sobre suas engrenagens enunciativas.

Apesar de viver na favela, e ter seu testemunho arraigado no lixo e na lama, até hoje discute-se o que de fato é verdade no diário e, inclusive, a própria consideração de Carolina enquanto uma autora de literatura é posta à prova pelo cânone. As desconfianças, demonstram a leitura subalternizadora que segrega quem pode e quem não pode escrever a história. A racionalização subalternizadora desconsidera as narrativas marginais enquanto testemunhos da realidade ao destruir a ligação, desconectar suas vivências da possibilidade de serem constituintes do mundo (Seligmann-Silva, 2010). Nessa lógica estrutural, os agentes da lei, do discurso que é tido como o oficial, espalham o medo e o terror pela ausência, pela presença “espectral” (Derrida, 1994) do poder que atinge justamente onde não está (Pinho, 2014), pela falta, e retira a possibilidade de que testemunhos minorizados ocupem lugares visíveis na sociedade através dos quais possam reivindicar seu direito à vida e a desejos singulares¹².

¹² Como no conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2012) e de Giorgio Agambem (2020), a política de morte, sistema econômico predador ao qual estamos submetidos, mata nos fazeres do existir diário. É um sistema que possibilita que o poder hegemônico signifique vidas marginais enquanto descartáveis, invisíveis, para então literalmente matar os sujeitos periféricos e após enterrar e desqualificar sua história. Assim,

A negação de um testemunho é perversa, a indizibilidade ensurdece (Seligmann-Silva, 2010). Os viventes subalternos sofrem duplamente, pela exclusão e pela culpa existencial por estarem vivos, posto que não existem para o restante do mundo. O apagamento de seus locais de fala e dos vestígios da violência que vivenciam, como a que ocorre diariamente nas favelas, corresponde à releitura acrítica da “história oficial”, ensinada, na qual ou são apagados da memória social ou são tratados enquanto divergentes. A rememoração de testemunhos feitos sobre as barbáries atesta contra o negacionismo ao destacar, expor, imagens do sangue do passado (Seligmann-Silva, 2010). Assim, sua leitura ética funciona como um retorno de volta a essas vidas, uma ponte que leva até o que foi soterrado. Nos testemunhos, “misturam-se fragmentos, como que estilhaços” (Seligmann-Silva, 2010, p.184), de passados traumáticos que permitem a criação de novos locais para narrativas deixadas de lado.

Assim, a passagem pelo testemunho, o dizer do que aconteceu, é crucial “para indivíduos que vivenciaram experiências-limite” (Seligmann-Silva, 2010, p.185). A era das catástrofes e do acúmulo de crimes humanos deve corresponder também a criação de novas culturas do testemunho, pois “O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas” (Seligmann-Silva, 2010, p.185) que atingiram a sociedade e resultaram nos laços políticos que temos hoje. Seligmann-Silva atesta que no Brasil mal começamos a testemunhar. Não temos nem o testemunho jurídico, sequer as falas de sobreviventes, que não conseguem encontrar espaço para dar forma às suas experiências (Seligmann-Silva, 2010, p.187). A elaboração de uma cultura da memória hoje vem a ser uma contra cultura, uma cultura de contestação, pois fazemos os debates da memória, a escuta de relatos de sobreviventes, da ditadura, por exemplo, "a partir de outras culturas da memória, como a do Holocausto e a de nossos países vizinhos” (Seligmann-Silva, 2010, p.187).

Os mecanismos que delimitam as perspectivas de testemunho são ferramentas coloniais de repressão. Vivemos a necessidade de extrapolar os muros que ainda hoje circunscrevem e impedem a existência dessas falas (Seligmann-Silva, 2010). As problemáticas impeditivas são diversas. Por vezes, mesmo que uma vítima consiga falar e publicar, sua publicação não é visibilizada, no sentido de que não encontra espaço na esfera pública (Seligmann-Silva, 2010). Se encontra, não é bem recebida, seu testemunho não é

indivíduos de realidades periféricas vivem em constante estado de sítio, como quem soube que vai morrer, pois foi enterrado ainda vivo.

ouvido e “sem um ouvido o testemunho não se dá” (Seligmann-Silva, 2010, p.188). O maquinário opressor obtém o silêncio das testemunhas a partir da “surdez dos juízes” (Seligmann-Silva, 2010, p.188) e da tomada de suas falas enquanto inconsistentes, irreais. Assim, o “epistemicídio” das entrelinhas discursivas, como tratado anteriormente no texto a partir de Spivak, comete crimes perfeitos, sem corpos ou suspeitos, sem rastros, pois “Na batalha pela memória-verdade-justiça os donos do poder – de ontem e de hoje – impõem a lei da mordança e do silêncio. Mesmo a voz que soa não encontra ouvidos nesta sociedade” (Seligmann-Silva, 2010, p.189).

O destinador, o destinatário e o sentido dos testemunho de indivíduos subalternos são neutralizados, tornados comuns, interpretados como se, além de dizer de algo irreal, não houvessem referentes, danos causados a esses sujeitos (Seligmann-Silva, 2010). Apagar os referentes, os prejuízos que poderiam ser atestados, impossibilita que chagas profundas tornem-se aparentes no campo visual, simbólico, narrativo e material da estrutura cultural Brasileira. Conforme exposto por Seligmann, falta “uma topografia da memória do mal em nossas cidades e em nossas mentes” (Seligmann-Silva, 2010, p.190). Faltam cartografias do poder, que denunciem políticas de aniquilamento da memória que apagam fatos e crimes cometidos (Seligmann-Silva, 2010), sejam eles apresentados no formato de documentos oficiais ou pessoais. Contrapor outras vozes à narrativa sedimentada é o que propõe o conceito de testemunho. A leitura testemunhal encontra algo que sobrevive e demonstra, a partir de sua posição diferencial, o até então impossível (Seligmann-Silva, 2010). Assim, cria espaço para as demandas éticas ressaltadas pelos relatos - feitos em livros, discursos, crônicas, fábulas - e instiga desde a elaboração singular de traumas a novos direitos humanos.

Quando Carolina testemunha que é pobre, negra e favelada, vive em meio à lama, e reclama dessas condições em prol de sua autoconstrução enquanto escritora e, também, das outras pessoas que vivem na favela do Canindé, temos em seu relato o testemunho de uma vivência subalterna que lutou em vida para que fosse escutada. E, o teor testemunhal de *O Quarto...* é ainda hoje uma contracultura, porque volta os olhos do leitor para o contexto que descreve a partir de sua construção singular. Assim, o livro cria espaço para a elaboração sobre demandas éticas presentes a partir de relatos passados, visto aponta rastros coloniais ainda presentes no cotidiano brasileiro.

Com o conceito de testemunho podemos ler a escrita do eu de Carolina, em sua singularidade e, simultaneamente, podemos ressaltar o caráter denunciativo que o livro possui, pois foi escrito a partir de uma vivência subalternizada, desigualmente planejado para

segregar e marginalizar. Se a violência é feita sistêmica, segue se perpetuando, pois os relatos dos sobreviventes são silenciados, apagados, ao testemunhar Carolina alarga a narrativa histórica com um capítulo surgido a partir da dor e do trauma. A partir de uma leitura em busca do teor testemunhal de o *Quarto...* poderemos ressaltar as nuances autopoieticas, ficcionais, que criou para elaborar um espaço à porvir, de sonho, de dignidade, que almejada enquanto esteve na favela do Canindé.

4. ANÁLISES

Com o conceito de *subalternidade*, abarcamos o contexto socioeconômico, espaço-temporal, da vida da autora. Aos indivíduos subalternos, mulheres, negros, periféricos, emigrantes, é reservado o local do silenciamento, da não existência nos espaços de fala e escuta. A representatividade política, como vimos com Spivak, toma os grupos marginalizados como o “outro” despossuído de uma individualidade singular.

Com o conceito de *escrita de si*, vimos que ao dizer de si um indivíduo se autoconstrói enquanto enunciador de sua realidade e diz, simultaneamente, do espaço em que seu corpo se desloca, do local a partir do qual reflete e elabora, sendo esse em o *Quarto...* a favela do Canindé. Com os conceitos de *testemunho* e *teor testemunhal* vemos o diário de Carolina como uma escrita individual que denuncia violências históricas, o racismo, e traumas recorrentes, a violência, e que, por conta disso, elabora uma narrativa com nuances próprias de quem escreve para sobreviver: a crítica, a fantasia, o espanto, a esperança, o medo e a inventividade. Assim, o nosso propósito nos subcapítulos de análise é articularmos estes conceitos teóricos a trechos de *Quarto de despejo (1960)* para realizarmos leituras possíveis entre os conceitos e a obra que ressaltem a singularidade e precursão do testemunho de Carolina. Desse modo, os conceitos adquirem importância metodológica, pois os convertemos em categorias de análise.

Com o conceito de escrita de si, observaremos trechos que ressaltam a forma como Carolina transforma sua vivência em narrativa no diário. Com o conceito de testemunho observaremos a singularidade de sua narrativa enquanto um capítulo da história brasileira que denuncia, crítica injustiças políticas sistêmicas da época e que é feita como forma de sobrevivência, de elaboração de violências e de construção de uma carreira literária. Com o conceito de teor testemunhal analisaremos o estilo de escrita de Carolina e buscaremos trechos que relacionem o conteúdo e o tom narrativo ao que vivencia e comunica. Diluiremos o conceito de subalternidade como base para analisarmos criticamente os trechos de o *Quarto...* ao destacarmos que no livro podemos observar um relato da subalternização, da segregação e do silenciamento, que atenta contra indivíduos periféricos.

4.1 Testemunho da cidade

Carolina, enquanto catava papéis, catava também ideias e percepções da cidade. Apesar de que, conforme escreveu em julho de 1959, “quem escreve gosta de coisas bonitas”

e, em seus dias, encontra “só tristezas e lamentos” (Jesus, 2014, p.159), relata sua percepção sobre o ambiente urbano: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, 2014, p.27). Dessa forma, testemunha sua vida nesse espaço e abre veredas para que outras perspectivas de leitura da organização dos espaços urbanos sejam feitas.

Os processos de branqueamento da sociedade brasileira foram concretizados nas várias esferas da organização social. Projetos de urbanismo e planejamento das cidades, como São Paulo, são arraigados por desejos brancos de “higienização”, que arquitetam cidades para que escondam visualmente as mazelas da população pobre que eles mesmos produzem. Após o fim da escravidão o poder público incentivou a vinda de imigrantes europeus, brancos, para corroborar com seu plano de branqueamento da capital (Rolnik, 2007). Assim, as pessoas negras, primeiro, escravizadas, passam a ser, então, marginalizadas, pois os estrangeiros ocuparam melhores locais de moradia e melhores funções no mercado de trabalho, restando às pessoas negras espaços e modos de viver precarizados.

Para Raquel Rolnik (2007) esse modo de organização urbano, que opõe zonas com recursos às favelas, transforma os segundos em quilombos modernos, zonas escravas que atendem, com os serviços braçais prestados pela população negra, às necessidades da população branca. Esse modelo perverso de ocupação explica por que, muitas vezes, as favelas ficam em regiões centrais próximas às zonas de classe média e alta, para facilitar a locomoção, não em vias de proporcionar melhores condições de vida para os subalternizados, mas para suprir com maior eficiência demandas da classe média e alta. A questão do espaço e do domínio branco pode ser lida no trecho a seguir no qual Carolina relata com teor poético a triste questão racial:

Eu ando tão preocupada que ainda não contemplei os jardins da cidade. É **epoca das flores brancas, a cor que predomina**. E o mês de Maria e os altares deve estar adornados com flores brancas. Devemos agradecer Deus, ou a Natureza que nos deu as estrelas para adornar o céu, e as flores para adornar os prados e as varzeas e os bosques (Jesus, 2016, p.29, grifo nosso).

As pessoas brancas, assim como as flores brancas, são as que “predominam”. Presentes nos jardins da cidade, elas não ocupam espaços em meio ao lixo e aos despejos da favela, lugar de preocupação e agradecimento ao pouco que se tem.

A estratégia da política econômica urbana reflete a segregação e a violência que opera. Conforme Gonzalez (1984), os lugares do branco são os das moradias saudáveis “desde a casa grande e do sobrado até aos belos edificios e residências atuais” e o do negro é

o oposto, são os locais nos quais famílias inteiras ficam amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são mínimas e isso segue desde a “senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados” (p.10). Apesar de transcorridos mais de 65 anos, a realidade de muitos locais marginalizados segue semelhante. O *Quarto...*, testemunha a urbanização e favelização da cidade de São Paulo. Carolina denuncia com teor realista a experiência da *vida no limite* de seu grupo sociorracial, a presença contínua da lembrança da imanenência da morte é corporificada pelos locais precarizados em que vivem com péssimas condições de saneamento e sem água encanada:

Chegou a minha vez, pois a minha lata para encher. A Florenciana prosseguiu elogiando o Janio. **A água começou diminuir na torneira. Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava água desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa.** Que ela precisa pagar 20 cruzeiros por mês. Minha lata encheu, eu vim embora (Jesus, 2014, p.15, grifo nosso).

...De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários.

...Quando eu fui buscar água vi uma infeliz caída perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida. Os médicos que nós temos na política sabem disto (Jesus, 2014, p.34, grifo nosso).

A resposta dos órgãos de saúde e do poder público para as desigualdades fabricadas na cidade de São Paulo é a responsabilização, dos moradores, pela injustiça que enfrentam. Carolina critica as atitudes políticas que cobram que “o povo lute pelo povo”:

...Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia. Resolvi ir ver. Era a Secretaria da Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas desenvolve-se nas águas. (...) Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela.

Mandaram os favelados fazer mictórios (Jesus, 2014, p.49, grifo nosso).

Como testemunhado por Carolina em junho de 1958, “As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais” (Jesus, 2014, p.46). Em maio de 1958 Carolina escreve um de seus trechos de teor visceral, que resulta de uma linguagem que existe pela presença espacial, e cuja leitura chega a causar sensações, rememorações, pelo choque no corpo do eu presente que lê:

Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. **Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga** (Jesus, 2014, p.24, grifo nosso).

Carolina escancara, a partir de sua construção literária, a partir de seus desejos, de sentir o perfume das flores e ouvir o zumbido de abelhas, faltas impostas aos indivíduos subalternizados e despejados em locais periféricos. Assim, ao lermos sua obra no presente podemos anexar a ela significados do nosso tempo, visto que a violência sistêmica da organização urbana segue a se perpetuar e que a leitura de testemunhos do passado é também “sempre mais do que tudo *construção* e não (apenas) *representação*” (Seligmann-Silva, 2006, p.50).

A organização das cidades é resultado de escolhas que são produto de lutas políticas, organizadas e regulamentadas contra a complexidade dos diferentes grupos que ocupam os espaços (Stengers, 2022): uma guerra civil acontece diariamente contra a existência dos indivíduos marginalizados. O planejamento urbano hegemônico transforma em “transtorno, desordem, patologia, em suma, em ameaça” (Stengers, 2022, p.24) habitações autoconstruídas por comunidades subalternizadas. O processo de favelização cria um ciclo que inicia com a violência segregacional, que impõe quais lugares grupos sociais empobrecidos podem ter acesso para viver nas cidades e desemboca nas constantes ameaças de extermínio que enfrentam para sobreviver nesses espaços hostilizados. Como testemunha Carolina:

...Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? (Jesus, 2014, p.38, grifo nosso).

Podemos pensar, em um ato de interpretação ficcionalizante da obra, que, para sanar um tanto da fome estonteante que sentia, Carolina pensou em comer carne do lixo do frigorífico, no que notou que estava coberta de creolina. Além de poluir o entorno com lixo, o frigorífico intoxica-o para que os marginalizados não fiquem ao redor comendo ou, caso comam, sejam intoxicados.

Para a urbanista Raquel Rolnik (2022, p.2) o conceito de território urbano diz de um espaço vivido, de uma “obra coletiva construída peça a peça por um certo grupo social”. Dessa forma, ao testemunhar o espaço que ocupa, Carolina denuncia a violência, faz com que os horrores que aconteceram no Canindé circulem publicamente e elabora um relato singular da narrativa desse espaço subalternizado:

...A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro (Jesus, 2014, 144).

A cidade urbana capitalista transforma a cidade senhorial escravista colonial, conforme interesses do poder público e privado, em uma terra onde quem manda é aquele quem possui o maior acúmulo de riqueza possível (Rolnik, 2022), mesmo que para isso tenha que massacrar o meio ambiente e parte da população.

A posse de espaços vazios em locais privilegiados para a construção de grandes edificações do setor imobiliário, que aportam centros comerciais e moradias de alto custo, e o impedimento de que locais abandonados, mesmo que estejam sem manutenção, sujos e em ruínas, sejam ocupados por cidadãos que têm direito à moradia, a luz e água, mas vivem sem essas condições, exemplificam o zoneamento social do espaço. Como testemunhado por Carolina:

...A noite está tépida. O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido. Começo ouvir uns brados. Saio para a rua. **E o Ramiro que quer dar no senhor Binidito. Mal entendido. Caiu uma ripa no fio da luz e apagou a luz da casa do Ramiro.** Por isso o Ramiro queria bater no senhor Binidito (Jesus, 2014, p.27, grifo nosso).

Chegou o carro para conduzir o corpo sem vida de Dona Maria José que vai para a sua verdadeira casa própria que é a sepultura. A Dona Maria José era muito boa. Dizem que os vivos devem perdoar os mortos. Porque todos nós temos os nossos momentos de fraquesa. Chegou o carro fúnebre. Estão esperando a hora para sair o enterro.

Vou parar de escrever. Vou torcer as roupas que ensaboei ontem. Não gosto de ver enterros (Jesus, 2014, p.29, grifo nosso).

O relato do dia a dia no limite de Carolina, que teve de ir como que de uma senzala a outra, de um cortiço à rua e à favela, todos locais que, em São Paulo, foram criados “literalmente aos pés das novas zonas abastadas” pelos “ricos que abandonaram a contiguidade dos sobrados do Centro da cidade para desenhar um espaço de privacidade e

exclusividade burguesas” (Rolnik, 2022, p.6), no qual a favela torna-se seu anexo, seu quarto de serviço, *Quarto de Despejo*, como é o “Quartinho da empregada” em apartamentos de classe alta, testemunha a crueza da organização urbana:

Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.

Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins (Jesus, 2014, p.35).

[...] Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como manteiga deteriorada:

— Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções.

—Prende ela!

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantrópico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse:

—Chama um carro de preso! (Jesus, 2014, p.36).

Diante de violências como essa, assim como Carolina, outras famílias, negras e subalternizadas, construíram suas próprias casas em bairros como o do Canindé, inicialmente sem a mínima infraestrutura, no meio do nada, envoltos de lama. Apesar de serem espaços pagos, as construções não foram aceitas de forma pacífica; pois, além da pressão imobiliária, que impõe que casas feitas em terras possivelmente sejam desapropriadas quando convier ao setor privado, para que use esses espaços conforme seus interesses, também, o fato de que as favelas são territórios singulares, espaços que divergem da cultura hegemônica e das crenças “popularizadas” pelos grupos dominantes, é visto como uma ameaça para o controle social que depende da manutenção e da disseminação de suas crenças para impor seu poder. Em julho de 58, Carolina testemunha a exibição de uma sessão de filme no Canindé feita por um frei:

...É 5 e meia. O frei Luiz está chegando para passar o cinema aqui na favela. Já puzeram a tela e os favelados estão presentes

As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela

Quando passou os Reis Magos o **Frei explicou que a denominação Magos é porque eles liam a sorte das pessoas nas estrelas. E se alguém sabia o nome dos Reis Magos.** Que um é muito conhecido e chamava Baltazar.

—E o outro Pelé — respondeu um moleque. Todos riram. (Jesus, 2014, p.69-70, grifo nosso).

A tentativa de “catequização” das pessoas subalternas é parte das coações estigmatizantes feitas também através de expressões culturais que forçam crenças “populares” em detrimento das crenças diversas que cada um possui. Muniz Sodré (2002), considera que esse é um movimento de homogeneização cultural que se concretiza em reformas urbanas e arquitetônicas. Conforme Silva (2020, p.27), as cidades passam por constantes processos de formação, que não são dados a priori, mas que se desenrolam a partir da “produção de diversos arranjos urbanos” que constituem processos de subjetivação coletiva; pois, o inconsciente individual se expressa nas construções sociais e está visivelmente presente nas ruas e construções. A história de uma cidade conta da maneira como seus habitantes se relacionaram entre si e com o espaço que, conforme as possibilidades de existência a partir dos planejamentos urbanos, proporcionam ou não acesso a espaços culturais.

Que os habitantes do Canindé tivessem acesso a um cinema no local, apenas quando organizado por um frei, aponta para a oportuna construção de um espaço ideológico que se aproveita da falta de acesso da população mais pobre à diversidade cultural causada pela distância da favela dos centros culturais. As dimensões vividas e institucionais são articuladas com o espaço do imaginário das pessoas a partir de práticas sociais e, dessa forma, significados simbólicos e materiais são atribuídos aos espaços físicos das cidades (Silva, 2020), possibilitando arranjos narrativos sobre a vivência nas cidades. A narrativa que foi levada até o Canindé, dos reis magos cuja denominação enquanto magos, explicou o frei, é feita porque eles liam a sorte das pessoas nas estrelas, é a cristã.

Culturalmente, o aumento da pobreza urbana e a criação de novas favelas era, muitas vezes, romantizado em letras de samba que idealizam os locais pela “brasilidade” e pela “mistura” que trariam para a cultura. Isso acontecia e era disseminado, principalmente, em produções culturais cariocas o que se justifica pela pesquisa de Raquel Rolnik em *São Paulo: o Planejamento da desigualdade* (2022), que atesta existir uma diferença na constituição das favelas paulistas: elas foram planejadas para que serem lugares de despejo, de falta de condições de subsistência. Não existiu, jamais, um cenário romantizado que pudesse ser então romantizado em São Paulo. A realidade da favelização paulista é a dos barracos, dos

deslizamentos, da violência interna, do extermínio policial. Carolina em *O Quarto...* denuncia essas violências e a discriminação resultante do crescimento da pobreza e da marginalização dos moradores do Canindé:

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama (Jesus, 2024, p.47, grifo nosso).

A dura realidade da cidade retratada com o teor ficcional de quem viu o “diretor do sindicato dos miseráveis” comendo alimentos jogados na lama por uma fábrica resulta da coleta de fragmentos do real formulados em uma narrativa presente, possibilitada pela escrita em diário, uma forma que, sem o tempo de decantação previsto em obras organizadas após passado certo período do acontecimento, demonstra de maneira ínfima a “indivisibilidade entre o real e a ficção” (Penteado, 2018, p.330). A autora não selecionou e rearranjou, após anos de reflexão, uma história tecida sobre um tempo distante, rememorado a dedo. Assim, o testemunho de Carolina diz da construção da favela em ato e justifica sua originalidade ao tratar de um assunto de debate da esfera pública em uma forma de escrita “do eu”, que era tida como íntima, pessoal, na época. A *vida no limite* subalternizada de Carolina preenche expressões, como a que nomeia o livro “Quarto de despejo”, através da descrição espaço-temporal, crítica e ficcional, de onde fala:

Cheguei na rua Asdrubal Nascimento, o guarda mandou-me esperar. Eu contemplava as crianças. [...] **..As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo** (Jesus, 2014, p.31, grifo nosso).

O local de fala criado no diário existe pelo deslocamento que faz pelas ruas. Em seu atravessamento pelo centro, ela se apropria do espaço almejado, que descreve poeticamente ao criar uma imagem de aconchego, na qual podemos imaginar o breve conforto que sente antes de ter que retornar para a favela, local de despejo, que cheira a barro pobre e excrementos. Faz uma apropriação, narrativa, de um local de sonho que é tão flutuante quanto seu próprio deslocamento, visto que não pode ficar na sala de visitas, e tão flutuante quanto a narrativa de um acontecimento em seu presente vivido.

A cidade de São Paulo descrita por Carolina borra a imagem de morros felizes cantados em versos culturalmente disseminados, e “corporifica o custo social da euforia desenvolvimentista” (Penteado, 2018, p.189). Isso faz com que o poder público, como antes citado no trabalho, apague, despeje, um local inteiro, a favela do Canindé, cujas famílias ele mesmo havia deslocado para lá, para soterrar as marcas dos horrores que posteriormente poderiam corresponder, e correspondem, ao que na história social documenta: atrocidades acontecem na favela. Pois, o testemunho e o diário são mecanismos literários que surgem pelo embate entre o “eu” e o mundo moderno e surgem, notoriamente, em situações em que esse mundo se concretiza como uma manifestação violenta, traumática (Seligmann-Silva, 2010). Portanto, o conteúdo dos testemunhos de Carolina faz emergir dimensões micro e macropolíticas a respeito de sua situação espacial.

Em junho de 1958 a autora conta de outro enfrentamento dos moradores do Canindé na luta pela moradia urbana:

...Ouvi uns buatos que os fiscaes vieram requerer que os favelados desocupem o terreno do Estado onde eles fizeram barracões sem ordem. Varias pessoas que tinham barracões aqui na favela transferiram para o terreno do Estado, porque lá quando chove não há lama. Eles disseram que vão construir parque infantil. **O que eu acho esquisito é que o terreno tiniu alvenaria. E foi desapropriado. E agora o Zé Povinho está construindo barraco** (Jesus, 2014, p.62, grifo nosso).

O trecho denuncia a diminuição de indivíduos perante os desejos do Estado. Como se fossem meros objetos de despejo, um “Zé povinho” despersonalizado, como denuncia Carolina, a população marginalizada e os bens que constroem são tratados como lixo. A brutalidade das políticas de habitação é denunciada no livro: seja em um local cedido pelo planejamento urbano para habitação social, seja em um local que estava vazio e é ocupado, o final é o mesmo: as pessoas são despejadas e perdem suas construções, seus lares. Sem suporte garantido por políticas públicas os subalternizados se instalam onde podem e têm de autoconstruir seus lares em locais distantes dos recursos necessários para uma existência minimamente digna; sem acesso à infraestrutura e cultura diversa, sem espaço sistêmico e de respeito para expressar sua existência ou, quando muito, próximos à locais centrais apenas para que fiquem à disposição de seus patrões de classe social mais elevada, os sujeitos marginalizados são estigmatizados e sofrem repúdio do entorno quando passam por seus espaços privilegiados. Como testemunha Carolina em junho de 58: “Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a

favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres” (Jesus, 2014, p.48).

A história da política habitacional no Brasil é uma história de segregação, cujo um capítulo importante temos testemunho em o *Quarto...* Remoções que são feitas, na maioria das vezes, sem planejamento e com o uso da força, com grande violência contra os indivíduos, sejam eles de crianças, adultos, mulheres grávidas ou idosos: a financeirização da terra e da moradia demanda despejos conforme interesses desumanos. É o que vivemos até hoje. Sem espaço para a população, que o próprio desenvolvimento econômico instigou que viesse para as cidades, pois precisava de mão de obra barata, para operar em condições análogas à escravidão, o planejamento urbano “cede” locais que, no momento em que o capital financeiro acumula recursos para iniciar uma nova construção, ou quando a vivência naquela terra se torna um empecilho para os aparatos de dominação ideológica e cultural, são pegos de volta. Então, as coalizões, a violência policial, destrói o tanto de vidas e de histórias que lá estão. Subalternos vivem em vulnerabilidade, sem nenhuma garantia de um amanhã no qual terão um teto sobre suas cabeças para proteger suas vidas. Veem a situação que se repete, de despejo em despejo, como uma ameaça constante do que pode vir a acontecer.

A construção das favelas está relacionada à consideração de seus ocupantes enquanto indivíduos que podem ser deslocados e descartados conforme convier para o poder público. Esse é um “processo de invisibilização de corpos que historicamente habitam os centros urbanos” (Silva, 2020, p.51). Assim, o testemunho de si de Carolina marca uma questão identitária relacionada à afirmação de um indivíduo contra sua estigmatização e descarte social sistêmico pela esfera pública; faz emergir sua voz e local de enunciação. Substitui a ideia ou idealizada, de um processo de favelização que é parte de uma cultura brasileira, e não resto marginalizado dela, ou inexistente até então, através de seu testemunho enquanto uma mulher pobre negra e favelada, mãe e escritora, que relata, impactada pelo ambiente precário em que vive, uma história de fome e miséria. Desejo e luta.

De dentro da favela a autora ressalta a violência colonial brasileira, ainda vigente, através da reflexão sobre seus traumas e as consequências deles em seu dia a dia. Seja pelos relatos do trabalho braçal, da dificuldade de acesso à educação, da exclusão dos negros da garantia de direitos; seja pelas desavenças que acontecem entre os vizinhos do Canindé, na disputa interna pela sobrevivência e consideração social (Penteado, 2018), reproduz, no presente do diário, questões históricas não resolvidas. Sua autocriação atualiza e utiliza o espaço sem deixar de afirmar as injustiças que ali acontecem e seu desejo por outra vida:

Domingo. Um dia maravilhoso. O céu azul sem nuvem. O Sol está tépido. [...] Fui lavar minhas roupas. Quando retornei do rio o feijão estava cosido. Os filhos pediram pão. Dei os 3 cruzeiros ao João José para ir comprar pão. Hoje é a Nair Mathias quem começou impricar com os meus filhos. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente (Jesus, 2014, p.11).

Queria outro local, outra realidade para ela e para seus filhos. Fruto desse desejo, enfrentou os preceitos do seu entorno brutalizado pelos múltiplos dispositivos capitalistas, solidificados e reiterados em planejamentos urbanos que se opõem aos processos de existência e subjetivação das classes subalternas (Sodré, 2002, p.19). Cresceu demarcada pelo trauma, enfrentou a falta de acesso à terra, à alfabetização, e não queria que seus filhos passassem pelo mesmo. Conforme Muniz Sodré (2002, p.14), os processos de territorialização, ao contrário do que deseja o monopólio imobiliário, são dotados de força ativa que admite "a heterogeneidade de espaços, a ambivalência dos lugares" e acolhe a diferença, a indeterminação, "o paradoxo quanto à percepção do real".

Ao ansiar por um espaço melhor, Carolina atribui à sua vivência um domicílio-território no qual articula a realidade do Canindé às suas próprias marcas, resultantes de suas relações com o espaço, com a cultura do local, com a língua e com as outras pessoas. A partir dessa análise, constatamos que a autora corporifica o que sente pelos lugares em que passa, atenta às pessoas e estruturas da cidade, aos modos de organização, na edificação de seu livro através das palavras. Carolina, em *Quarto...*, cria e testemunha um território marcado pelos impactos do planejamento urbano desigual de São Paulo, cujas consequências podemos ver nas favelas de hoje.

Seu testemunho sobre o espaço é feito com um estilo e construção narrativa próprios. Ela elabora personagens, o "Zé povinho" e os "vizinhos de alvenaria":

Os visinhos de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os visinhos das casas de tijolos diz:

—Os políticos protegem os favelados.

Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais (Jesus, 2014, p.27, grifo nosso).

E assim, a partir de comparações que fazem referência a agrupamentos sociais reais, denunciam modos como a subalternização dos indivíduos do Canindé é feita. Em outros trechos idealiza ficcionalmente um espaço de contraponto, idílico, bonito, como o veludo e o cetim, como estratégia literária e política de escrita subalterna. Demonstra que a alvenaria, as belezas de São Paulo, são da ordem do sonho para aqueles que, como ela, são segregados a condições de existência mínima, à falta de água, aos lixos tóxicos das fábricas.

Em síntese, no subcapítulo, observamos que Carolina denuncia em ato mazelas que hoje são historicamente relatadas sobre os processos de planejamento urbanos desiguais da cidade de São Paulo. Seu testemunho da cidade transforma o corporal, visceral da favela, em deslocamento da realidade pelas palavras, que comunicam seus desejos e as necessidades que pensa serem justas e um direito de todos os moradores do Canindé. Com ficcionalizações arraigadas no real, Carolina restitui à cidade um lugar de luta e enfrentamento, de sonho, e transforma a sua escrita do espaço em um projeto de conquista e melhoria de vida.

4.2 Testemunho de si

O processo de construção narrativa, quando um sujeito escreve de si, é um processo de reflexão e construção subjetiva. Não vivemos em um mundo apenas material, nossa imaginação, vivência e subconsciente mediam também nossa experiência social e constituem o campo da cultura. A existência autoconstruída do indivíduo, se tratando de uma elaboração escrita, é impressa no mundo, torna-se palpável, pelas letras nas páginas.

Histórias criadas em primeira pessoa nascem da união de fragmentos, acontecimentos, organizados em uma sequência que surge das escolhas do autor narrador. Nascem do testemunho daqueles que “vivem a vida (da obra) como possibilidade de ficção, de simulacro e de disseminação” (Dêangeli, 2010, p.126) e revelam, assim, o entre-real-fictício de sua realidade. Daqueles que, assim como Carolina, a partir de sua vivência individual e coletiva, registrou seus dias e fez sua história em ato, em conjunto com a história da cidade e da comunidade, transcorrida em um fluxo vital tão vital quanto é o da própria vida (Arfuch, 2010).

Um texto escrito em primeira pessoa, ao enunciar a partir de seu próprio espaço de fala, expõe um artifício que “contra qualquer transparência representacional – torna “opaca” a escrita sobre o outro” (Klinger, 2012, p.114). Assim, essa forma narrativa se aproxima da concepção de Spivak de que, para darmos lugar às mais diversas vozes da polifonia social, é

necessário que não tomemos os indivíduos como contraponto dialético, mas sim como atores sociais, sujeito de sua própria existência.

Ao contar das situações pelas quais passa, expor seus gostos, Carolina se autoconstrói, a partir da experiência urbana que atravessa seu corpo, cuja temporalidade e intensidade do atravessamento contam de sua rotina e de como seu corpo é afetado, em uma “corpografia” (Jacques, 2008, *apud* Silva, 2020, p.68) que permite que vejamos as imagens que cria do mundo em que viveu, a partir de seu testemunho e do teor testemunhal de sua literatura, crítico das injustiças, da segregação, e autopoietico quanto à cidade que imagina, um local todo seu que se torna, também, a singularidade expressa em sua obra.

Contra a ideologia ocidental que “cobre”, como uma máscara que semantiza simbolizações, objetiva com códigos hiper-racionalizados as produções culturais não hegemônicas (Spivak, 2010), o *Quarto...* apresenta uma poética de teor testemunhal reflexivo:

...Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o domínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela?

...Quando eu comecei escrever ouvi vozes alteradas. Faz tanto tempo que não há briga na favela. (...) (Jesus, 2014, p.43).

Contra a deriva social que subalternos enfrentam, causada pelo preconceito, visto que sua auto inscrição enquanto indivíduos no mundo é predeterminada a um local de efeito, passividade e aceitação, no qual suas opiniões e necessidades não são ouvidas, ao dizer de si Carolina instiga que outros, aqueles que vierem depois, seus leitores, também digam.

No trecho “Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo.... Eu fiz uma reforma em mim” (Jesus, 2016, p.24), a autora expõe suas inseguranças e demonstra que “quartos de despejo” são também espaços onde condições dignas são almejadas e a potência desses desejos resiste. Apesar de terem que sobreviver a duras custas, Carolina profere um testemunho que anseia por outra realidade.

Ao folharmos um diário somos “tocados pelo ar” que o personagem ali narrado respira. Podemos ver em sua materialidade um testemunho metonímico, indicial (Seligmann-Silva, 2010), que expressa as condições do tempo em que foi escrito pelas rasuras, marcas do processo de escrita. A palavra posta na página passa a ter uma materialidade concreta e, assim, tona-se uma das nuances da narrativa que está sendo

contada, visto que podemos observar nas páginas “as marcas e traços do presente de sua escritura” (Seligmann-Silva, 2010, p.6), pois elas são produzidas a partir do entrelaçamento do tempo e da vivência do autor-protagonista. Também, especificidades internas da construção narrativa de Carolina fazem com que seu texto seja indicial (Peirce, 1931-1958). Para construir sua história e demonstrar seu ponto de vista, mesmo em passagens recheadas de lirismo poético, como:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraizo. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. **As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da America do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas** (Jesus, 2014, p.72, grifo nosso).

Carolina argumenta comparando um local ao outro, São Paulo a outras cidades, um objeto ao outro. Assim, traz para a sua escrita a realidade dos locais, a partir de sua presença nesse espaço-tempo, o que faz com que seu discurso indique a relação crítica que faz entre o objeto a ser exposto, sua realidade, seu conhecimento prévio, sua vivência, e que resulta na elaboração que registra no diário. Escritas do eu elaboradas em tempo presente, como a de Carolina, pela proximidade que têm do acontecer dos fatos e da presença de um corpo em um espaço, são assim dotadas de um teor metonímico, indicial.

A autora fala de si em expectativa de que sua realidade seja escutada e dialogue com o repertório e contexto do leitor. Para Arfuch (2010) a narração feita em primeira pessoa é um “monólogo destinado ao receptor” e o diário é uma “carta destinada ao remetente” (p.86). Carolina denunciava, fazia um apelo crítico contra as injustiças que via sendo arquitetadas. Carregado também de traumas intergeracionais e preexistentes à sua existência, como o racismo colonial, com sua obra hoje temos o testemunho de uma mulher subalternizada sobre sua experiência que diz de problemáticas que ainda se impõe no contemporâneo.

Carolina apostava, diariamente, na força das palavras, como material para sua autoconstrução, pois era a posse da palavra escrita algo que a diferenciava da maioria das pessoas que também residiam na favela do Canindé. Por conta de seus testemunhos sofre violência interna: é atacada por moradores do Canindé que, diante do desconhecido, da fantasia e do mundo das letras, viam Carolina, muitas vezes, como inimiga. Nas páginas iniciais do livro, narra um dos episódios de exclusão que sofre no Canindé:

Mesmo elas aborrecendome, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu carater.

[...] As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios (Jesus, 2014, p.113).

A palavra escrita foi a base do seu projeto de vida e o substrato de suas denúncias. Em janeiro de 1958, narra uma ameaça feita por um homem que disse que ia “quebrar sua cara”. A isso, ela responde que lhe deu uma lição: ensinou que “a é a e b é b” e que se ele é de ferro ela é de aço, e apesar não ter força física, suas palavras ferem mais do que espadas, fazem feridas incicatrizáveis (Jesus, 2014). Repetidas vezes no livro Carolina conta sobre o papel que pretendia desempenhar, para si, para a favela e para os moradores, ao escrever. Enquanto se fazia autora, afirmava que seu projeto era para o bem maior, para denunciar os horrores que via sem que pudesse suportar passivamente. Afirma: “na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (Jesus, 2014, p.30). A imagem que cria, de quem espalharia a voz dos barracos e vielas aos jornais e para a alta classe letrada, condiz com o que acontece com a veiculação dos primeiros trechos-denúncias de seus escritos no jornal *Folha da Manhã*. Enquanto andava pelo Canindé, e por São Paulo, reinventava com seus passos o caminho usual, de silenciamento e apatia, que as pessoas subalternizadas vivenciavam.

Assim, podemos ver seu testemunho singular como uma interpretação reinventiva do espaço. Para Muniz Sodré (2002), a interpretação é uma operação básica de leitura do real. É atribuição de nomes e significações, a partir de padrões de referência, como a palavra escrita, feitas pelo intérprete-observador a partir da realidade. Por vezes com o ímpeto de denúncia, por vezes para criar algum acalento para si, Carolina recheia as frestas das faltas estruturais com pitadas de fantasia. Diante da realidade que se apresenta como um horror, cria uma *auto-ficção* ao elaborar uma realidade outra (Klinger, 2006).

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. **Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela** (Jesus, 2014, p.50, grifo nosso).

Como se ninasse a si mesma, em busca de seus sonhos, Carolina descreve o local de “fantasia” em que gostaria de estar. Em outro trecho, preocupada com a saúde de sua filha que está doente, Carolina afirma, em tom irônico, que tudo em sua vida é “fantástico”, pois os filhos não conhecem os pais, e os pais não conhecem os filhos (Jesus, 2014, p.56) e, assim

sendo, teve de criar seus filhos sozinha. O uso da palavra “fantástico” ilustra o tom realista, ancorado na realidade, de seu teor testemunhal, que não se deixa invisibilizar por detrás da elaboração de suas tramas narrativas. A inventividade está na realocação que Carolina faz ao autoescrever sua experiência de ser mãe na cultura brasileira a partir de sua condição de pobre, negra e favelada.

Assim como os indivíduos subalternizados e segregados nas favelas, portadores de HIV são também outrizados, sofrem preconceito e são tratados com recusa. Seligmann-Silva (2006) analisa o testemunho do crítico e escritor brasileiro Jean-Claude Bernardet, chamado *A Doença*, que é paralelo aos textos de Caio Fernando de Abreu, e conta a história de personagens aidéticos. Seligmann aponta que a obra, que é autoclassificada enquanto “ficção”, logo na capa do livro, pode ser lida, assim como lemos Carolina, pelo seu simultâneo teor factual e confessional, indicial, e que a força dessas narrativas está na passagem do linear-apático das grandes narrativas, que exclui descrições emocionais dos narradores, para o literário autonarrativo que surge da afetação de um indivíduo pela experiência que testemunha, mesmo sendo essa a de uma vivência marginalizada, no limite.

A vida deixa suas marcas na escritura, que é primeiro corporificada e elaborada no corpo do indivíduo para depois ser literariamente trabalhada. Ao testemunhar, um sujeito faz uma nova negociação “entre o eu e o mundo, entre a ficção, a literatura” e o seu almejado testemunho (Seligmann-Silva, 2006, p. 56). A experiência passa a existir novamente a partir do momento em que a vivência é corporificada, transformada em “traço testemunhal”, arranjada na ordem em que a narrativa é escrita. Assim, criam-se escritos a partir da força arrancada do corpo que, no caso de autores como Caio e Jean-Claude, falavam a partir de outro terrível pacto de silêncio, imposto por uma sociedade que exclui as experiências de indivíduos portadores de HIV dos debates que circulam no dia a dia da esfera social (Bernadet, 1996 *apud* Seligmann-Silva, 2006, p.56).

Grupos sociais excluídos, assim como o de Carolina, realizam suas apreensões do sensível, experienciado, a partir do local de onde intervém, através de seus imaginários, ao testemunharem suas formas de existência e resistência (Sodré, 2002). Concretizam seu cenário particular em estruturas que encontram unidade em relacionamento com o espaço, com os suportes, como os papéis, como os que a autora coletava enquanto catava lixo. Em um trecho de 1955, Carolina conta da vida das mulheres do Canindé, de seu trabalho como catadora e de seus hábitos diários:

...Uma menina por nome Amalia diz a mãe que o espírito lhe pega... Saiu correndo para se jogar no rio. Varias mulheres lhe impedio o gesto. Passei o resto da tarde escrevendo. [...] Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2014, p.21).

Podemos ver, na atitude da menina que tenta se jogar no rio, o que talvez seja um relato das consequências psicológicas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres numa sociedade patriarcal que fabrica loucuras pela sobrecarga, desamparo e misoginia. O “oásis” de Carolina - que relata durante o livro agressões que viu serem cometidas contra outras moradoras do Canindé, inclusive sons de espancamentos que ouvia durante as noites -, seu local de enfrentamento, é a leitura e a escrita. Em um trecho um morador do Canindé ao ver Carolina escrevendo pergunta o que ela está fazendo, e ela então responde que escreve seu diário, no que ele diz “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” e ela argumenta “Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler” (Jesus, 2014, p.22).

A escrita de si de Carolina cria seu espaço enquanto sujeito no mundo, mulher, negra e favelada, a partir do teor indicial de seus testemunhos. Elabora, assim, uma obra crítica e presentificada que não é meramente representativa, como também é uma construção singular e que enseja continuidade pela potência que sua leitura tem de gerar a afirmação da existência de indivíduos subalternizados. Escreve assim uma obra que acrescenta à historiografia brasileira uma voz que de praxe é excluída dos relatos oficiais, dos livros vendidos nas bancas e ensinados nas escolas, e é distorcida, ou diretamente atacada, pela maioria dos representantes políticos nos discursos que, em sua maioria, são homens brancos. A partir de suas reflexões, a autora cria território, lugar de marcação de jogos cognitivos, elaborações estéticas, entendidas enquanto “a protoforma de toda e qualquer cultura”; ao testemunhar suas movimentações, seus “horizontes de relacionamento com o real” (Sodré, 2002, p.23-24), através de sua inventividade, da elaboração do real em novos arranjos, cria novas ligações entre sua existência e o mundo, arraigada pela coleta dos acontecimentos de seus dias, escrita de forma cambiantes: as vezes em uma frase, as vezes em um parágrafo, no formato que encontrasse para expressar seus desejos, dificuldades e demandas.

A escrita de si de Carolina demonstra o paradoxo que é o processo de escrita, ainda mais, quando feito por um indivíduo socialmente subalternizado. Analisamos que o testemunho de Carolina é uma forma que a autora encontra para sanar carências, o abandono que sofre, para planejar e construir, diariamente, um futuro melhor, vivido em outro lugar que

não a favela. Também, observamos que o teor testemunhal de sua escrita é composto por nuances diversas, é crítico, poético, reflexivo, factual, confessional e denunciativo, o que atesta a singularidade de seus escritos. Entretanto, o que analisamos neste subcapítulo é que a ficção que Carolina cria, a partir de uma elaboração própria do que experencia, mantém a realidade como ponto de partida e de chegada: não romantiza sua situação, cria para estancar e suportar as violências que sofre, sem com isso mascarar as injustiças que aconteceram no Canindé.

4.3 Testemunho negro

Sonhei
Sonhei que estava morta
Vi um corpo no caixão
Em vez de flores eram livros
Que estavam nas minhas mãos
Sonhei que estava estendida
No cimo de uma mesa
Vi o meu corpo sem vida
Entre quatro velas acesas
Ao lado o padre rezava
Comoveu-me a sua oração
Ao bom Deus ele implorava
Para dar-me a salvação
Suplicava ao Pai Eterno
Para amenizar o meu sofrimento
Não me enviar para o inferno
Que deve ser um tormento
Suplicava ao Pai Eterno
Para amenizar o meu sofrimento
Não me enviar para o inferno
Que deve ser um tormento

Ele deu-me a extrema-unção
Quanta ternura notei
Quando foi fechar o caixão
Eu sorri... e despertei.

Carolina Maria de Jesus, *Antologia pessoal* (1996).

O livro de Carolina é um testemunho que visibiliza narrativas de pessoas negras. A autora teve oportunidades que as gerações anteriores de sua família não tiveram: neta de um homem ímpar na cidade de Sacramento, Benedito José da Silva - apelidado pelos moradores de Sócrates Africano, por conta de sua sabedoria e dos ensinamentos que compartilhava com a comunidade -, ex-escravizado que não teve letramento formal, entretanto, via a alfabetização como uma forma de inserir seus filhos e netos na sociedade, pois queria romper o ciclo de segregação e subalternidade de seu povo (Valerio, 2020, p.39). Carolina cresce

ouvindo do avô ensinamentos pela palavra oral e é a primeira de sua família a ser alfabetizada. Segundo Valério, as memórias de Benedito:

funcionavam como um antídoto contra o projeto de desmemoriamiento que o colonizador tinha para conseguir manter o escravizado num lugar de subalternidade, já que um homem sem memória é um homem mais suscetível à dominação, a não resistir ao cativo (2020, p.40).

Infelizmente Carolina foi a única entre seus irmãos, pais e tios, que frequentou a escola e por apenas dois anos. Depois, seus três filhos, José Carlos, João José e Vera Eunice de Jesus, foram alfabetizados e Vera, inclusive, hoje é uma reconhecida professora de português (Carvalho, 2022). Para Muniz Sodré (2002, p.12), a realidade humana é cambiante, móvel e inatingível em termos absolutos; é a reelaboração da realidade em busca da criação de novos sentidos. A memória da realidade sociorracial, no caso de Carolina, sua família e boa parte dos moradores do Canindé, é a da escravização, da violência e do silenciamento. Não existem dados concretos sobre o percentual de pessoas negras que viviam na favela na época, pois os censos demográficos da cidade de São Paulo, nos anos 50 e 60, não tinham a categoria interrogativa de raça - isso, segundo Raquel Rolnik (2007), por conta do projeto urbano de branqueamento da cidade que queria fazer com que São Paulo fosse divulgada como uma cidade de maioria branca. Pelo testemunho de Carolina no diário, entretanto, temos o relato da comunidade do Canindé como uma comunidade negra, e também relatos das consequências, espaciais e econômicas, desse projeto de desigualdade:

Antigamente era a macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos despresou foi o fubá. Mas as crianças não gostam de fubá.

Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia (Jesus, 2014, p.37-38).

Quanto ao letramento no Brasil, Ginzburg destaca que o analfabetismo de pessoas negras é uma problemática até hoje, apontada por dados atuais sobre o letramento no Brasil. Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), realizada em 2022, 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever. O índice para pretos e pardos é 10,1% e 8,8%, respectivamente, enquanto para pessoas brancas é de 4,3%. Podemos então constatar que pessoas negras têm o índice de analfabetismo, que já é alto no

Brasil, no mínimo, duas vezes maior do que o de pessoas brancas. Assim sendo, as consequências do período colonial continuam a se manifestar em exclusões e traumas atuais, como demonstrado pela nossa constituição enquanto país com alto grau de analfabetismo entre pessoas negras.

Vemos, então, o diário de Carolina como testemunho de traumas sociorraciais e que, dessa forma, o relato da exclusão presente em *Quarto De Despejo* demonstra sua feição histórica, pois conta de uma violência que perdura e é “uma dor individual e coletiva” (Penteado, 2018, p.183). Através do livro, lemos uma contrarresposta subalterna à invisibilização forçada e à naturalização histórica imposta à população negra, resultantes de crueldades que são reiteradas há séculos no Brasil (Gonçalves e Nascimento, 2011).

Em diálogo com Janine Ribeiro (1999), Gilmar Penteado (2018) relata que o Brasil é um país que “jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura” e por isso é um país no qual as pessoas vivem entre a dor e a injustiça. Para falar da vivência dos brasileiros, o autor elabora o conceito de “vida-limite”. Uma vida-limite fala de traumas sociais gerados por violências sistêmicas e coletivas, como a colonização e a escravatura no Brasil, que fazem com que a sociedade, ao sofrer uma violência recorrente, sem consciência e diálogo a respeito dela, siga incapaz de elaborar consciente e coletivamente o trauma a ponto de não perpetuá-lo novamente. A escravização é apontada como um desses traumas, que causa subjetivações individuais da dor, e orquestra a maneira como o sistema político brasileiro é formulado.

Carolina utiliza a escrita como forma de lidar com esses traumas recorrentes. Seu testemunho conta da vivência periférica que em muitos dias faz com que a autora tenha vontade de morrer e, assim, findar a forma desumana como os subalternizados são tratados, como se fossem objetos que não prestam, jogados no lixo. Narra a fome, que diz ser enlouquecedora, para que essa mazela seja reconhecida, para causar reflexão no leitor:

Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer:

—Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais (Jesus, 2014, p.32, grifo nosso).

O convívio com a morte também é rotineiro no Canindé. Carolina narra violências raciais, físicas e sistêmicas a partir do que vivencia na cidade:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. [...] No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. **Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome** (Jesus, 2014, p.34, grifo nosso).

A possibilidade de agredir, mutilar e matar, que durante a escravidão era abertamente fundamentada pelas premissas econômicas e políticas (Ginzburg 2012 *apud* Penteadó 2018, p.182), assim como os mecanismos de “apadrinhamento”, da seguridade de cargos públicos conforme interesses privados e proximidades relacionais, são heranças escravocratas vigentes no Brasil de hoje, agora, diluídas também em brutalidades sistêmicas. Quando Carolina faz o uso da palavra “marginal” podemos ver que esse difere do marginal preconceituosamente nomeado enquanto alguém que é violento, que comete crimes. Carolina fala de marginal pela violência marginalizadora que desumaniza, mata indivíduos que vivem à margem da existência, dos direitos sociais.

Para a antropóloga Lélia Gonzalez (1988), a neurose, que para Freud é a expressão de conflitos psíquicos, ideias, memórias ou sentimentos que são recalçados, como mecanismo de autodefesa, por serem pensamentos que podem prejudicar o “eu”, acabam por “vir à tona” e são expressos em sintomas como a ansiedade social (1996) que pessoas brancas tem na presença de pessoas negras. Para Lélia (1996, p.96), “a neurose cultural brasileira tem no racismo seu sintoma por excelência”. Esse sintoma neurótico é testemunhado por Carolina:

...Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres (Jesus, 2014, p.48, grifo nosso).

Podemos ver exemplos da ansiedade que essa neurose, essa violência, causa em pessoas negras através da reutilização que a autora faz da linguagem, como no trecho a seguir em que testemunha sua ida a um açougue, na qual critica o sistema comercial capitalista que chama de “desorganizações”:

Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabela e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o

homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas **desorganizações** (Jesus, 2014, p.60, grifo nosso).

Analisamos que Carolina, ao pensar na vaca, fez uma reflexão a respeito do trauma da escravização que se faz presente na situação subalternizada em que vivem os indivíduos nas favelas. Ela se aproxima, empaticamente, se coloca no lugar do animal, transforma sua descrença no sistema, decorrente do trauma da escravização, que violentou pessoas negras com o afoite, o abatedouro, em afirmação do seu eu no mundo através da escrita como forma de resistência.

De seu livro póstumo de contos e outros escritos, chamado *Meu sonho é escrever* (2018), o conto “Balangandã”, que testemunha uma conversa que teve com o avô, traz um exemplo de sua linguagem memorial, transpassada por Benedito, expressa através de uma expressão da linguagem financeira:

Eu estava com dez anos. Já sabia ler e gostava de saber a origem de tudo. Só vivia interrogando. Um dia ouvi o meu avô contar:

- Quem não tem balangandã, não vai no Bonfim!

Perguntei-lhe:

- Vovô, o que é balangandã?

- É dinheiro, minha filha. É o nome do dinheiro lá na África. Quando iniciou o tráfico os navios traficantes iam para a Baía. E o sensacionalismo era a festa do senhor do Bonfim. Mas quem ia na festa eram os ricos. Então os pretos começaram a cantar: “Quem não tem balangandã não vai ao Bonfim” (Jesus, 2018, p. 102).

No trecho a memória de seu avô conta da separação financeira entre negros e brancos no Brasil, questão que traumatiza e preocupa Carolina em sua luta por subsistência e que ela narra em *O Quarto....* :

Varias pessoas afluiram-se. Eu, era o alvo das atenções. **Fiquei apreensiva, porque eu estava catando papel, andrajosa (...)** Depois, não mais quiz falar com ninguém, porque precisava catar papel. **Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão.** Trabalhei até as 11,30. Quando cheguei em casa era 24 horas. Esquentei comida, dei para a Vera Eunice, jantei e deitei-me. Quando despertei, os raios solares penetrava pelas frestas do barracão (Jesus, 2014, p.13, grifo nosso).

O racismo, cuja manifestação pode ser sutil, sintomática, revela a longitude de suas raízes no dia a dia da sociedade brasileira. Culturalmente, a neurose existe a partir de sistemas de crenças, encobertos pelas ideologias de branqueamento, que recalcam e

classificam de maneira eurocêntrica as contribuições negras à constituição da identidade nacional, como no caso do uso da palavra “balangandã”, que é generalizada enquanto uma expressão da cultura popular brasileira e tem suas origens africanas apagadas.

O caráter “miscigenativo” das classificações faz com que a violência racial adquira contornos sofisticados. No caso das sociedades de origem latina a repressão branca se disfarça em um tipo de racismo que Lélia Gonzalez (1988) denomina como “racismo por denegação”, que é resultado das teorias da democracia racial que negam as histórias e culturas negras ao acoplá-las à história “oficial”. Em se falando de língua, temos exemplos desse racismo sofisticado. A hierarquia que estratifica com desigualdade os indivíduos é expressa na estrutura dos discursos cotidianos que mantêm “negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica eficaz” (Gonzalez, 1988, p.73). Os grupos subalternos são, então, lidos enquanto o “outro” ao invés de obterem o espaço de fala e escuta que tem direito assim como todos os atores sociais.

Conforme à psicanálise freudo-lacanianana, com a qual Gonzalez elabora sua tese, somos seres constituídos na e pela linguagem. Pensamos, então, que os signos da língua tida como oficial, que no Brasil é elaborada a partir de preceitos e leis patriarcais - racistas e sexistas, herança dos mandatos de senhores de engenho - marcam espaços simbólicos. No caso de Carolina, descendente de escravizados, esse espaço é segregado e circunscrito: subalternizado, tomado enquanto um lugar de restos, lixos. Após serem trazidos ao Brasil seus ancestrais tiveram de aprender a “nova” língua do país, mas sem que pudessem aprender a escrever, pois a alfabetização era vista como uma ameaça, já que os senhores de engenho temiam que, através da comunicação, os escravizados pudessem arquitetar motins. Como resultado, a memória e a ancestralidade negra no Brasil são paulatinamente aniquiladas pelos processos de branqueamento ideológico e enfrentam, com resistência, nos poucos lugares em que podem ser cultivadas, como terreiros e outros espaços culturais e religiosos, o silenciamento e esquecimento.

O relato de Carolina estimula a criação da autoimagem de outras pessoas negras, cuja realidade e questões passam a ter espaço nas páginas de uma publicação que hoje está traduzida em mais de 14 idiomas. Suas angústias, a falta de dinheiro, o trauma do presente que se estende para o medo ou esperança em relação à morte, contam de sentimentos que perpassam gerações da narrativa brasileira:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (Jesus, 2014, p.43, grifo nosso).

O racismo à brasileira salta em seu depoimento. Depoimento de quem, a partir da violência, resiste e afirma a si. Ao mesmo tempo em que podemos pensar criticamente o trecho, pela analogia que faz entre a “obediência negra” e os tipos de cabelo, podemos pensar na criação da autoestima negra que, cerceada pelo trauma da violência, Carolina expressa no trecho.

Se na nossa sociedade, racista por denegação, as violências impõem-se pelos sistemas discursivos até quase o limite, a força de criação cultural, por outro lado, apresenta-se como uma forma de resistência (Gonzalez, 1988). Vozes, por vezes solitárias, se erguem contra o “assimilacionismo” (Gonzalez, 1988, p.74) e formulam, a partir de seu próprio corpo, a ocupação de um espaço na língua. Rememoram sua ancestralidade, cuja referência sofre um aniquilamento pelos processos de branqueamento, por meio da criação ficcional de novas verdades. Afirmam pela narrativa singular de sua experiência a construção de uma identidade própria.

Sabemos, pela leitura de *Quarto...* que Carolina não era submissa em relação a essas condições. Reclamava sobre o Canindé em seus escritos, nos jornais, para outros moradores e quando encontrava líderes de movimentos políticos que talvez pudessem ajudar. Diferentemente de outros moradores, que sucumbiam às condições materiais e a violência da favela, Carolina forja novos modos de existir e ocupar esse espaço. Leva consigo as memórias do seu povo e testemunha novos capítulos da história negra no Brasil, intersecciona a memória com a atualidade. Materializa seu desejo por novas verdades e condições para ela e para seus filhos na cidade de São Paulo. Ao comunicar sua vivência, constrói uma ótica, a partir de sua visão singular de mundo, que visibiliza formas sociais de grupos de descendentes de escravos e suas especificidades culturais, que vão se “forjando e transformando através da história” (Rolnik, 2007, p.88).

Assim, o testemunho de Carolina, sistemicamente subalternizado, é um contradiscurso que grafá sua vivência como um ato de insubmissão e afirmação da vivência de uma mulher

negra. Em relação ao que esperávamos antes da análise, percebemos que a consciência de raça de Carolina é notável e incontornável ao lermos suas estratégias de escrita. Ela narra histórias de pessoas pretas, enuncia teses sobre a continuação do sistema escravocrata, como no trecho “Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata ?” (Jesus, 2014, p.91) em que denuncia a violência policial. Compara o povo negro com outros subalternos, incluindo animais que também são violentados, como a vaca do trecho analisado anteriormente. Afirma-se negra e critica os favelados, mas jamais as pessoas negras. Pois, para ela, a questão é que a favela é uma chaga, um local subalternizante que violenta seus moradores pela falta do básico e excesso do horror. Isso, para nós, indica que para Carolina as marcações de cor são também espaciais, o que, em conjunto aos textos teóricos contemporâneos sobre as cidades e questões raciais, demonstra o seu pioneirismo ao suscitar esses debates através do livro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Lejeune (2008) o *Quarto...* é um testemunho daqueles que, comumente, não testemunham. Escrever sua história de vida segue, até hoje, em grande medida um privilégio. Conforme o conceito de Spivak (2010), dizer de si na esfera pública não faz parte da realidade dos grupos sociais *subalternizados*. Nossos problemas de pesquisa “O que testemunha Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de Despejo (1960)*? Qual o teor testemunhal de sua escrita? Como a realidade da autora, sua vivência no Canindé, e seu desejo de se tornar uma literata influenciam as escolhas formais e de conteúdo que faz na elaboração do livro?”, agora, ao final do nosso percurso investigativo, acoplamos ao que constatamos ser a nuance primordial da singularidade de sua escrita. A sua narrativa testemunha a segregação de planejamentos que despejam indivíduos nas favelas. O seu teor testemunhal, denunciativo e inventivo, ficcionaliza a partir da realidade espacial as reflexões sociais que elabora e os outros modos de existência que idealiza. Assim, ao trazermos o contexto social e espaço-temporal de Carolina Maria de Jesus analisamos que a autora realiza uma crítica sistêmica e que sua escrita, feita na forma de um diário, extrapola as barreiras desse formato visto como suporte para textos de conteúdos íntimos, que não eram debatidos na esfera pública na época em que escreveu.¹³

Após o mapeamento das pesquisas realizadas sobre Carolina e o *Quarto...* escolhemos três eixos conceituais para guiarem nossas análises, o de subalternidade, escritas de si e em diário e testemunho e teor testemunhal. O achado metodológico no que diz respeito à elaboração das categorias de análise é que, no decorrer da pesquisa, passamos a ver esses conceitos como indissociáveis, pois em nossa leitura eles se entrelaçam: o testemunho do livro é uma fala subalterna que se constitui como uma escrita de si, que se constitui como um testemunho que materializa uma fala subalterna em um diário. Para criarmos as categorias de análise, de forma a dar conta da pesquisa contextual e teórica, optamos por destacar o conceito de testemunho como conceito aglutinador e então fizemos a decomposição do mesmo em três blocos que nomeamos de: testemunho da cidade, testemunho de si e testemunho negro.

O conceito de testemunho diz de relatos contados a partir da experiência presente de indivíduos em determinados momentos históricos. Um testemunho é um relato singular, de um indivíduo que comunica sua experiência, torna comum, legível, aquilo que a ele ocorreu.

¹³ A questão da escrita de diário nos anos 50 é abordada anteriormente no subcapítulo teórico “3.2 Escritas de si”.

Assim, é uma narrativa que atesta o presente e que depende da corporeidade do indivíduo na cena que descreve. É vinculado à oralidade do contar, mas passa a poder ser “escutado” na posterioridade a partir do momento em que é posto em palavras, registros. Um testemunho é capaz de comunicar a história comum de um espaço, pela presença, a partir de um relato singular. Assim, a leitura da favelização de São Paulo através de uma obra de literatura, que é uma escrita de si, o *Quarto...* vai ao encontro do que propõe a concepção de historiografia do conceito de Seligmann-Silva, de que a história deve considerar as narrativas pessoais de indivíduos que sofreram violências para que a história que é ensinada não exclua narrativas minorizadas.

O testemunho de Carolina em *Quarto de Despejo* é um testemunho que visibiliza uma narrativa subalterna: de uma mulher, negra, pobre e favelada. Importou à nossa pesquisa relacionar os dois conceitos, o de testemunho e o de subalternidade, para que um sanasse o outro naquilo que cada um propõe: a partir de um relato singular, um testemunho, um indivíduo subalterno, sistemicamente silenciado, narrou sua história.

No início do nosso projeto de pesquisa, investigávamos o porquê de o testemunho de Carolina, ao ser transformado em um livro, ser subintitulado de “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. Nos inquietava a circunscrição de sua experiência no formato de um “diário” - um formato, normalmente, tido como menor diante dos romances, por exemplo - e adjetivado enquanto “de uma favelada”, sendo que, através de leituras prévias, sabíamos das dificuldades que Carolina teve para publicar, e da recepção, por vezes excludente, que o livro teve no circuito literário. Por isso, realizamos leituras sobre a forma diário e sua escrita, que deram suporte à construção do presente texto.

Ao longo de nosso percurso de pesquisa, observamos, entretanto, que a escolha pela forma diário e pela denúncia da problematização que a categoria “favelada” expõe, de indivíduos que são colocados à margem da sociedade, é um ganho para a obra. Testemunhos são narrativas ligadas à uma cena presente, a um corpo que experienciou, no caso do conceito de testemunho de Seligmann-Silva, violências. Ao escrever sua experiência em um diário, além de trazer para a esfera pública uma narrativa circunscrita à esfera pessoal, o título reforça: a autora esteve lá e enfrentou, dia a dia, o que narra. O diário é uma escolha singular de Carolina e, graças a esse formato, podemos acompanhar a construção de seu estilo, de seu teor testemunhal, pois através dele podemos observar seu fluxo presente de autoanálise, variável, e as reflexões que faz sobre sua vivência em São Paulo. A forma diário permite que a fantasia, a ficção própria da criação literária, não seja impedida de conectar-se ao “real” que

é base para sua estruturação, pois nela o autor, o texto e temporalidade são como que fundidos em um único testemunho (Seligmann-Silva, 2010).

A singularidade da elaboração de um testemunho é demonstrada, também, através das escolhas estéticas que são feitas para elaborar a cena vivenciada e contada. Assim, lemos o *teor testemunhal* de Carolina, que demonstra o olhar crítico e inventivo que tinha, de quem criava personagens, como os “vizinhos de alvenaria”, e descrevia o centro de São Paulo como a “cidade”, a sala de visitas, “com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim” (Jesus, 2014, p.31), como se, assim como as pessoas negras são subalternizadas, tratadas como não humanos, violentados como a vaca no trecho anteriormente analisado, a favela fosse um não lugar, ou lugar de restos, o *Quarto de Despejo*.

Objetivamos ler a autoconstrução de Carolina no *Quarto...* através de lentes que não separassem em polos opostos os debates sociológicos e os estéticos, porque para nós a realidade da autora é uma das questões de importância para investigarmos a elaboração da obra. Assim, ao pesquisarmos sobre os conceitos de *escritas de si*, encontramos um caminho para lermos sua realidade através, também, da ficção inventiva que Carolina criou no livro. A realidade do Canindé deixa marcas na vida de Carolina que ela elabora em seu testemunho através da ficcionalização. Como modo de resistência, para sobreviver e suportar seus dias, ela escrevia. Ficcionaliza um “céu salpicado de estrelas” (Jesus, 2014, p.27) enquanto seus pés tocam o chão da favela e deseja recolher pedaços desse céu para fazer um vestido brilhoso. Nas noites em que as brigas e violências da favela a impediam de dormir, escrevia.

Lemos a literatura testemunhal pela ótica de que as fronteiras entre o real e o ficcional são porosas, maleáveis, pois o processo de escrita é uma realização feita a partir do contexto do autor, de suas condições físicas e materiais, “reais”, somadas à construção, “ficção”, que cria no próprio ato de narrar, ao selecionar as palavras, a sequência, quais fatos serão contados em sua história e o que de sua subjetividade trará à tona. Dessa escolha, seleção e montagem de fragmentos, nenhuma página vazia, seja qual for a forma narrativa, escapa.

Com isso, entra outra problemática apontada por Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010). A página em branco, à qual remetemos nossos processos de escrita, está em si rabiscada de virtualidades passadas. Como brasileiros e latino-americanos a episteme na qual compreendemos e proferimos nossas comunicações, discursos e escritas, é composta por virtualidades coloniais, escravocratas, patriarcais e excludentes, que seguem operando no nosso dia a dia, das páginas para as ruas, da literatura para as leis, do corpo descrito ao corpo despejado, marginalizado nas ruas. As expressões que utilizamos e a maneira como obras

como a de Carolina são recebidas pelo público dizem sobre a reiteração desse poder de dominação hegemônico, passado, mal-elaborado e ainda pouco discutido na esfera pública, que seguimos concretizando.

Ao lermos o testemunho de Carolina destacamos a presença ética e estética que a autora desempenha na historiografia brasileira. O *Quarto...* é uma narrativa de várias violências, todas aquelas que sofreram os indivíduos do Canindé, e que representa brutalidades que seguem acontecendo até hoje: o planejamento perverso das cidades e o racismo sistêmico. Observamos que a autora foi precursora, tanto ao trazer para o circuito elitizado da arte as circunstâncias históricas, sistêmicas e experienciais da subalternização de indivíduos periféricos, quanto ao fazer isso através de um testemunho escrito no formato de um diário que, como analisado no trabalho, era um gênero narrativo que não era debatida na esfera pública no Brasil dos anos 50 e 60, época em que o *Quarto...* foi lançado.

A forma e o conteúdo que Carolina expressa, seus dias no Canindé, realiza o que propõe a crítica testemunhal: a de trazer às grandes narrativas, à historiografia linearizada e escolhida à dedo, a partir de preceitos que reproduzem a supremacia colonialista, narrativas singulares. A memória de Carolina, comunicada no *Quarto...*, é um dispositivo que opera contra o negacionismo que tenta silenciar, negar, as consequências das barbáries cometidas contra grupos subalternizados. Pois, aqueles que não possuem memória, registros de sua história, são submetidos novamente à violência com maior facilidade.

Carolina utiliza a palavra para denunciar mazelas, sofrimentos, a fome, as intrigas entre os moradores que lutam, inclusive entre si, para sobreviver. Sua habilidade de escrita causou estranheza e exclusão entre os moradores do Canindé, pois, em sua maioria, eles não eram alfabetizados. Também, Carolina não via a favela como um espaço positivo para a cidade. Para ela, a favela sempre foi um problema, assim como aponta Raquel Rolnik hoje a partir de sua pesquisa sobre a história da urbanização paulista. Carolina nos anos 60 via e denunciava o que acontecia e estava por acontecer. Não aceita passiva ou inocentemente o que o poder público fazia com a população.

A questão da moradia narrada em o *Quarto...* segue uma urgência contemporânea. Rolnik (2022) disserta que a desigualdade em São Paulo não é consequência da falta de planejamento urbano, mas que foram exatamente planejamentos arquitetados que segregaram e excluíram indivíduos vulnerabilizados, conforme interesses do mercado imobiliário. Esses planejamentos causam efeitos violentos na vida dos moradores das favelas e seguem sendo elaborados da mesma forma. A política de São Paulo, com base na história de seu processo de

urbanização, cujo um dos indivíduos testemunhantes é Carolina, é uma política que segue criando e reiterando a desigualdade: reserva aos grupos sociais ricos, privilegiados, locais em áreas centrais, com amplas condições de acesso à infraestrutura e cultura, e “despeja” os grupos sociais subalternizados em áreas cujas condições de existência perigam a morte e o extermínio constante: vivem todo dia uma vida no limite.

Com o testemunho de Carolina, vemos que o racismo acontece através de marcações de cor, mas, também, através de marcações espaciais. O modo como Carolina relaciona a cidade, a si e à negritude é algo único de sua obra e que adianta questões contemporâneas. Assim, ressaltamos que, além do pioneirismo da escolha pelo formato diário, da problematização exposta logo no título, ao destacar com a palavra “favelada” a categorização imposta a indivíduos subalternizados, Carolina adianta importantes debates políticos que relacionam a questão da negritude e do racismo à da espacialidade, da presença de um corpo em determinado espaço. E, para essa narrativa presente, corpórea, e denunciativa, finalizamos a pesquisa satisfeitos por termos realizado a análise da obra como um testemunho.

Em uma entrevista que publicou em seu blog em 2009¹⁴ Rolnik conta que sua filha colhia testemunhos na favela paulista de Higienópolis e um que saltou aos seus olhos, o de uma moradora que diz que o que mais detesta na favela não é a falta de estrutura, visto que alguns desses locais hoje possuem água e luz, mas a segregação escancarada, a delimitação, a fronteira visível que separa a favela do bairro e as consequências dessa segregação na vida das pessoas “enclausuradas”, jogadas nas favelas, que tem de atravessar a cidade com olhares preconceituosos.

Através dos relatos que Carolina fazia sobre o preconceito, a cidade, e do tom crítico e acusatório que utilizou em *Quarto de Despejo*, tivemos um dos primeiros exemplos da contracultura periférica. Para nós, as criações literárias, artísticas, conceituais, são relacionais: acontecem pelo impacto do momento presente que carrega em si a decantação das experiências e sabedorias passadas que cada um possui.

Na escrita, a criação acontece no presente e possibilita que um momento seja registrado, possa ser lido no futuro. Carolina, ao dizer de si, e afirmar que é pobre, negra e favela, e dizer com orgulho de seu cabelo, sua pele, abre veredas para a representação e criação da autoestima negra. Apesar de denunciar violências e mazelas, sua obra é também um espaço de criação de autoestima de uma mulher negra que expressa seus desejos e a batalha por suas conquistas.

¹⁴ A entrevista pode ser acessada na íntegra no link: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/favelizacao/>

Em síntese, a partir das análises feitas em resposta às problematizações da pesquisa, resultamos: Carolina testemunha em seu livro *Quarto de Despejo (1960)* sua experiência subalternizada de uma mulher pobre e negra no início da favelização da cidade de São Paulo. O teor testemunhal de sua escrita é crítico e poético, denunciativo e autoconstrutivo e, para isso, utiliza estratégias narrativas como a metonímia ao, a partir da realidade no Canindé, criar personagens e cenários para expressar seu ponto de vista e ressaltar as diferenças entre as condições injustas impostas na favela e as condições das áreas e pessoas privilegiadas da cidade. Com isso, analisamos que o contexto da autora tem uma relação direta com a forma com que elabora sua construção narrativa, pois ela parte do real, testemunha, e a partir dele faz sua literatura, ficcionaliza, em prol tanto de denunciar as violências do Canindé, ato que também era parte de seu projeto, como ela mesma afirma no livro, quanto para conquistar melhores condições de vida através de sua carreira.

Como brecha para futuras pesquisas, seguimos com indagações que dizem respeito ao campo da comunicação: porque Carolina e sua obra são amplamente pesquisadas em outros campos de conhecimento, mas não no da comunicação? Isso ocorre porque objetos literários não são comumente analisados como objetos comunicacionais? Ou teria, então, a ver com o silenciamento epistêmico apontado por Spivak que impossibilita que discursos subalternos ocupem espaços de escuta, leitura, em ambientes hegemônicos como é, majoritariamente, o da pesquisa? Também, a pesquisa levanta indagações sociais: quais vozes são subalternizadas em 2024? Elas dizem de si, ou alguém diz por elas? De onde elas falam?

Esses são alguns dos questionamentos que surgem do contato com narrativas como a de Carolina que manifestou em o *Quarto...* sua autoconstrução enquanto autora, projeto que guiou sua trajetória desde a infância. Sua narrativa, na qual testemunha seu ponto de vista sobre sua experiência na cidade, e que desemboca nas escolhas narrativas que faz e no teor testemunhal único do livro, hoje é um discurso de resistência que expõe problemáticas ainda silenciadas. E se contemporaneamente vemos a continuação de modelos urbanos que excluem a população, como disse Carolina, “preterida”, seu testemunho torna-se um documento-literário, que atesta o caráter histórico do racismo e da segregação espacial no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AZEVEDO, Luciene Almeida de. Autoficção e literatura contemporânea. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 10, n. 12, p. 31-49, 2008. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/179/182>. Acesso em: 4 maio 2024.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 59, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24977>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRAGA, Sabrina Costa. TESTEMUNHO, CATÁSTROFE E HISTORIOGRAFIA: ENTREVISTA COM MÁRCIO SELIGMANN-SILVA. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 297-304, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/53907>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CARVALHO, Bruno Sciberras. Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista. **Revista de Estudos Políticos**, Niterói - RJ, v. 2, n.4, 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38594. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARVALHO, Luiz. Mulheres na periferia: professora, Vera Eunice usa a educação para mudar rumos. **Estadão Expresso**, São Paulo, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/educacao/vera-eunice-professora-o-mulheres-na-periferia/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DEÂNGELI, Maria Angélica. Representações da língua materna: fragmentos autobiográficos. In: Cláudia Maria Ceneviva Nigro, Susanna Busato, Orlando Nunes de Amorim (orgs.). **Literatura e representações do eu: impressões autobiográficas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 15-72.

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome (MDS). Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. **Gov.Br**, Brasília, 12 de jul de 2023.

Disponível em:
<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 1 de dez. de 2023.

DO NASCIMENTO, Cleideni Alves; SOARES, Marly Catarina. QUARTO DE DESPEJO: ESCRITA E AUTORA MARGINALIZADAS. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão - SE, v. 30, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/9906>. Acesso em: 6 abr. 2024.

DOUBROVSKY, Serge. “O último eu”. In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). **Ensaio sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FAEDRICH, Anna. **Autoficções: do conceito teórico à prática na literatura brasileira contemporânea**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FAEDRICH, Anna. **Teorias da autoficção**. 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre psicanálise: **Conferência XXV: A ansiedade** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 16). Rio de Janeiro: Imago. 1996.

GREEN, Marcus E. Quem censurou Gramsci? “A recepção pós-colonial dos “grupos sociais subalternos”. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 85–96, 2021. DOI: [10.36311/0102-5864.2021.v58n2.p85-96](https://doi.org/10.36311/0102-5864.2021.v58n2.p85-96). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12897>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Denise Aparecida do. **Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa**. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 51-62, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/25718/14641>. Acesso em 30 maio 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

INSTITUTO MOREIRA SALLES (IMS). **Biografia: Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: IMS, 2024. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia>. Acesso em: 18 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2014.

_____. **Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros contos escritos**. Raffaella Fernandez (Org.) São Paulo: Ciclo contínuo editorial, 2018.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. 404 p.

GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. **Agência Senado**, Brasília, 14 de out de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 1 de dez. 2023.

MACIEL, Lucas da Costa. Spivak, pós-colonialismo e antropologia: pensar o pensamento e o colonialismo-em-branco dos nossos conceitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 64, n. 2, p. e186659, 2021. DOI: [10.11606/1678-9857.ra.2021.186659](https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186659). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/186659>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MBEMBE, Achille. **Pandemia democratizou o poder de matar**. Entrevista mar. 2020. Entrevistador: Diogo Bercito. Porto Alegre: GZH, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html>. Acesso em: 28 abr. de 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: Emblema do silêncio. **Revista USP**, [S. l.], n. 37, p. 82–91, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047>. Acesso em: 9 mar. 2024.

NASCIMENTO, Evando. Autoficção como dispositivo: alterficções. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 24, n. 42, p. 611–634, 2017. DOI: 10.12957/matraga.2017.31606. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/31606>. Acesso em: 4 mai de 2024.

PEIRCE, Charles Sanders. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. 8 v.8. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 2019. 308 f. Tese - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **Traços de Carolina Maria de Jesus: Gênese, tradução e recepção de Quarto De Despejo**. 2000. 369 f. Tese - Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PINHO, Osmundo. **O Fantasma do Estado: Genocídio e Necropolítica**. Disponível em: <https://reajanasruas.blogspot.com/2014/07/o-fantasma-do-estado-genocidio-e.html>. Acesso em: 28 abr de 2024.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007, p. 75-90.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo: o planejamento da desigualdade**. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, Lara Gabriella Alves dos; BORGES, Valdeci Rezende. Quarto de despejo: o espaço na obra de Carolina Maria de Jesus. **Anais do SILEL**. v.3, n.1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Editora Argos, 2006.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 30, n.

1. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255> . Acesso em: 17 mar. 2024.

_____. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03–20, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 29 mar. 2024.

_____. Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros. **Dimensões: revista de História da UFES**, v. 30, n. 30. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/6144>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SIBILIA, Paula. O show do eu. **A intimidade como espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Mariana Gonçalves da. **Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas**. 2020. 95f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

STENGERS, Isabelle. Reinventar a cidade? A escolha da complexidade. Tradução de Cecília Campello do Amaral Mello e Vladimir Moreira Lima Ribeiro. **Redobra**, n. 16, ano 7, p. 17-27, 2022.

VALÉRIO, Amanda Crispim Ferreira. **A poesia de Carolina Maria de Jesus: um estudo de seu projeto estético, de suas temáticas e de sua natureza quilombola**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

Oxford Languages and Google. *Despejo*. Reino Unido: **Oxford University Press**. Acesso em: 24 de mar. 2024.

_____. *Metonímia*. Reino Unido: **Oxford University Press**. Acesso em: 21 de mar. 2024.

_____. *Abluir*. Reino Unido: **Oxford University Press**. Acesso em: 14 de maio de 2024.